

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DOS METODOS DE ESCRITURAÇÃO
CONTÁBIL: DOS PRIMEIROS REGISTROS ÀS FERRAMENTAS ATUAIS.**

FERNANDO FERMINO

FLORIANÓPOLIS
2012

FERNANDO FERMINO

**A EVOLUÇÃO DOS METODOS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL: DOS
PRIMEIROS REGISTROS ÀS FERRAMENTAS ATUAIS.**

Monografia submetida à banca examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Murilo Petri

Co-orientador: Prof. João Henrique Costa

FLORIANÓPOLIS

2012

FERNANDO FERMNO

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Florianópolis, 22 de novembro de 2010.

Professor Irineu Afonso Frey
Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Professor Dr. Sergio Murilo Petri,
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.

Professor Co-orientador João Henrique Costa,
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.

Professor(a) M. Sc. Vladmir Arthur Fey
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.

Florianópolis
2012.

RESUMO

FERMINO, Fernando. **A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DOS METODOS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL: DOS PRIMEIROS REGISTROS ÀS FERRAMENTAS ATUAIS.** 2010. 60 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar o impacto causado pela evolução tecnológica dos métodos de escrituração contábil. É um tema polêmico e difícil de interpretação por não haver muita bibliografia em torno do assunto. Foi feito um embasamento teórico através de pesquisas bibliográficas com diversos autores, onde se abordou as condições das ferramentas utilizadas para a contabilização das empresas a partir da década de 70, verificando a evolução a cada década. O instrumento utilizado para a pesquisa foi o questionário, enviado aos contadores e proprietários de escritórios de contabilidade da região metropolitana de Florianópolis. Os resultados mostraram que o advento do computador trouxe aliado às novas ferramentas para a contabilização das empresas, um grande avanço tanto no número de clientes como no número de funcionários, além do surgimento gradativo de inúmeros programas contábeis, tais avanços resultaram em uma elevação da receita assim como uma nova visão dos empresários para com os escritórios contábeis. A contabilidade passou a exercer um papel importante em empresas de pequeno, médio e grande porte e, também, no setor público.

Palavras-Chave: Contabilidade – Evolução Tecnológica - Escrituração

ABSTACT

FERMINO, Fernando. THE TECHNOLOGY EVOLUTION OF BOOKKEEPING METHODS: TOOLS OF THE FIRST RECORDS CURRENT. 2010. 60 p. Work Conclusion of the Course of Accounting Sciences, Federal University of Santa Catarina. Florianópolis. 2010.

The present study has as main objective the impact caused by technological methods of bookkeeping. It is a controversial subject and difficult to interpret because there is much literature about the subject. Was made through a theoretical literature searches with various authors, where they discussed the conditions of the tools used for accounting firms from the 70's, checking the progress of each decade. The instrument used for the survey was a questionnaire sent to owners of accountants and accounting offices in the metropolitan region of Florianópolis. The results showed that the advent of computers brought together with new tools for accounting firms, a major advance in both the number of customers as the number of employees in addition to the gradual appearance of numerous accounting programs, such advances have resulted in an increase in revenue as well as a new vision of the entrepreneurs towards the accounting offices. The accounts began to play a critically important role in small, medium and large also in the public sector.

Keywords: Accounting – Technological - Bookkeeping

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: FAIXA ETÁRIA.....	40
GRÁFICO 2: GÊNERO	40
GRÁFICO 3: GRAU DE INSTRUÇÃO	41
GRÁFICO 4: ATUAÇÃO NA ÁREA CONTÁBIL	41
GRÁFICO 5: FERRAMENTAS UTILIZADAS NOS ANOS 70.....	42
GRÁFICO 6: CARTA DE CLIENTES 1970-1980	43
GRÁFICO 7: CARTA DE CLIENTES 1980-1990	43
GRÁFICO 8: CARTA DE CLIENTES 1990-2000	44
GRÁFICO 9: CARTA DE CLIENTES 2000-2010	44
GRÁFICO 10: QUADRO FUNCIONAL 1970-1980.....	45
GRÁFICO 11: QUADRO FUNCIONAL 1980-1990.....	46
GRÁFICO 12: QUADRO FUNCIONAL 1990-2000.....	46
GRÁFICO 13: QUADRO FUNCIONAL 2000-2010.....	47
GRÁFICO 14: IMP. DE FERRAMENTAS TÉCNOLÓGICAS 1970-1980	48
GRÁFICO 15: IMP. DE FERRAMENTAS TÉCNOLÓGICAS 1980-1990	49
GRÁFICO 16: IMP. DE FERRAMENTAS TÉCNOLÓGICAS 1990-2010	50

LISTA DE SIGLAS

- CD'S** - Compact Disc
- CRC-SC** - Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina
- SC** - Santa Catarina
- A.C** - Antes de Cristo
- NBC** - Normas Brasileiras de Contabilidade
- CFC** - Conselho Federal de Contabilidade
- NBC-PG** - Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais Gerais
- NBC-PA** - Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissional Auditor Independente
- NBC-PI** - Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissional Interno
- NBC-PP** - Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissional Perícia
- NBC-TSP** - Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica Setor Publico
- NBC-TE** - Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica Específica
- IFAC** - International Federation Of Accounting
- IASB** - International Accounting Standards Board
- DOU** - Diário Oficial da União
- SUSEP** - Superintendência de Seguros Privados
- ANS** - Agencia Nacional de Saúde
- CVM** - Comissão de Valores Mobiliários
- ONG'S** - Organizações não Governamentais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA	10
1.2	OBJETIVOS.....	11
1.2.1	OBJETIVO GERAL	11
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.3	DELIMITAÇÃO.....	11
1.4	JUSTIFICATIVA.....	12
1.5	METODOLOGIA	13
1.5.1	Tipo de Pesquisa	15
1.5.2	População e Amostra.....	16
1.5.3	Coleta e Análise Dos Dados	16
1.5.4	Instrumentos	16
1.5.5	Procedimentos Metodológicos	18
1.6	ESTRUTURA DE TRABALHO.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	PANORAMA HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	19
2.1.1	ERA EMPÍRICA DA CONTABILIDADE (8000 AC/1202 DC)	20
2.1.2	ERA DA SISTEMATIZAÇÃO CONTÁBIL (1202/1494)	21
2.1.3	ERA DA LITERATURA CONTÁBIL	23
2.1.4	ERA DA CONTABILIDADE CIENTÍFICA (1840/1950).....	24
2.1.5	PERÍODO FILOSÓFICO (pós-guerra).....	25
2.2	PROFISSÃO CONTÁBIL	26
2.2.1	Normas de Contabilidade	29

2.2.2	CONSTITUIÇÃO.....	30
2.2.3	Princípios de Contabilidade	31
2.3	SISTEMAS DE CONTABILIDADE	32
2.3.1	MECANICA DOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS	35
2.4	ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS	36
2.5	SOCIEDADE CIVIL.....	37
3	ANALISE DOS RESULTADOS.....	39
3.1	APRESENTAÇÃO	39
3.1.1	RESULTADOS.....	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
5	REFERÊNCIAS	53
6	ANEXOS.....	55
6.1	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	55
6.2	PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE	58
6.2.1	O PRINCÍPIO DA ENTIDADE	59
6.2.2	O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE.....	59
6.2.3	O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE	60
6.2.4	O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL	60
6.2.5	O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA.....	62
6.2.6	O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA.....	63
	APÊNDICE	64

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentadas algumas considerações gerais sobre a temática de estudo, além de arrolar o problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, justificativa do estudo, procedimentos metodológicos, delimitação do estudo e a estrutura do trabalho.

Segundo Sá (1997), o imenso caminho percorrido pela mente humana, na sucessão dos anos, nas diversas civilizações, no campo da Contabilidade, forma um dos acervos culturais talvez mais preciosos da história da humanidade, pelo que contribuiu para o progresso.

Todos os aspectos da contabilidade foram fundamentalmente mudados pela informática. Os relatórios financeiros, a contabilidade gerencial, a auditoria e a tributação são todos afetados. Acredita-se que a contabilidade tem um brilhante futuro, desde que os contadores aprendam a ampliar sua visão e a usar as novas tecnologias a seu favor.

Ao deparar-se com as constantes mudanças e inovações no mundo dos negócios, os profissionais e estudiosos da contabilidade tem se preocupado com o fornecimento de informações a seus usuários, com o auxílio da tecnologia.

As empresas tornam-se dependentes dos equipamentos eletrônicos para conseguir gerir os seus negócios e em consequência disto, o avanço tecnológico tem encontrado as mesmas despreparadas, frente ao grande número de opções tecnológicas oferecidas e da competição por mais espaço no mercado. O ambiente dos negócios esta se tornando a cada dia mais complexo e exigente.

O uso adequado da tecnologia proporcionará à empresa condições de melhorar a geração e a utilização da informação obtida através da contabilidade.

Diante disto, foi feito um estudo sobre o impacto causado pelo emprego da informática na contabilidade, ou seja, os avanços tecnológicos dos métodos de escrituração contábil na gestão das áreas de negócio, identificando os diversos fatores que podem auxiliar na sua geração e utilização, ancorada pela tecnologia da informação.

1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

De acordo com Nascimento (2007), a profissão contábil vem passando por processos de melhoria e aprimoramento durante séculos. Houve mudanças significativas tanto nas normas e padrões que norteiam a contabilidade, quanto nos procedimentos contábeis. No princípio, os registros eram feitos em placas de argila e cozidos, era feita a contagem manual de rebanhos, peças e comida. Com o decorrer do tempo, as velhas tabuas de barro ou madeira deram espaço aos manuscritos, o papel já inventado se transformava no “gérmen” das informações, que mais tarde Gutenberg consolida quando aperfeiçoa a imprensa, surgindo os primeiros manuscritos contábeis.

Com a informatização e o advento da internet, as velhas rotinas operacionais cedem espaço para a modernização sistemática dentro das organizações, livros, registros, fichários, formulários contínuos cedem espaço a disquetes, CDs, amplos arquivos engavetados são armazenados em arquivos nos microcomputadores e viram planilhas de informações com acesso livre a diversos usuários. Por outro lado, a velha figura do guarda-livros, antes direcionada ao profissional contábil, cede espaço para os sistemas contábeis, sendo a principal fonte de informações dentro das empresas.

Diante o exposto, o presente estudo pretende comparar, através de pesquisas, as rotinas e os métodos de escrituração contábil de escritórios da grande Florianópolis nos últimos 30 anos com os métodos de escrituração atuais, tentando identificar as limitações enfrentadas antes do surgimento dos computadores, dos programas de contabilidade.

Após um estudo detalhado das duas épocas distintas, o presente estudo pretende responder a seguinte indagação:

Qual o impacto causado pela evolução tecnológica dos métodos de escrituração contábil para as empresas de contabilidade?

1.2 OBJETIVOS

Para resolver o problema formulado na seção anterior estabeleceram-se os objetivos.

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar o impacto causado pela evolução tecnológica dos métodos de escrituração contábil em um determinado grupo de escritórios de contabilidade da grande Florianópolis nos últimos 30 anos.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atingir o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Efetuar um levantamento dos escritórios de contabilidade mais antigos de Florianópolis;
- Elaborar um questionário fazendo uma comparação dos métodos de escrituração utilizados antigamente com os métodos atuais;
- Entrevistar os proprietários e/ou empregados da época;
- Verificar, por meio de entrevista, o impacto que a evolução tecnológica teve na contabilidade.

1.3 DELIMITAÇÃO

Este estudo limita-se á análise do impacto tecnológico causado pela evolução, ou informatização, dos métodos de escrituração contábil nas empresas de contabilidade mais antigas da grande Florianópolis. Porém, devido a restrições

impostas pelo CRC-SC (Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina) ao cadastro de tais escritórios e ao pequeno número de questionários respondidos, limitou-se a pesquisa ao estudo dos 09 escritórios contábeis mais antigos, dentre os que responderam o questionário, da região metropolitana de Florianópolis.

1.4 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, varias organizações tem procurado sustentar sua competitividade através de uma melhoria da eficiência operacional. A busca pela competitividade em um mercado cada vez mais globalizado, aliada a influencia de novas tecnologias, tem incentivado muitos administradores a intensificar mudanças na atual estrutura empresarial (Raupp, 2000).

Acompanhar os avanços propostos pelo mercado é algo necessário a fim de que possa situar as empresas nesse novo ambiente, porém não é uma tarefa tão fácil. Entre os avanços, a tecnologia oferece a oportunidade da otimização e de um melhor aproveitamento do tempo, fazendo com que relatórios sejam gerados em questão de segundos, além de que a entidade decide sobre o que e quando informar aos diferentes usuários das informações.

Com o avanço da tecnologia da informação, fala-se em corte de custos, isso não quer dizer trocar as pessoas por computadores, mas sim usar esta tecnologia para que as empresas e seus colaboradores trabalhem de forma mais ágil e eficaz.

A união dos computadores com as ferramentas de escrituração contábil promoveram profundas alterações nos processos empresariais, dando oportunidade para o surgimento de empresas de pequeno e médio porte.

Considerando estes aspectos radicais de mudanças, que exigem um posicionamento das organizações frente à tomada de decisões, verifica-se a importância de pesquisar o impacto causado pela evolução tecnológica dos métodos de escrituração contábil nas empresas de contabilidade.

1.5 METODOLOGIA

A monografia é uma das formas de expressar o conhecimento científico. Método científico e lógico que pressupõem a existência de verdades gerais já afirmadas e que sirvam de base para alcançar conhecimentos novos.

Para Marcantonio, Santos e Lehfeld (1993, p. 67) a “monografia significa a abordagem de um único assunto, ou problema, sob tratamento metodológico de investigação”.

De acordo com Marcantonio, Santos e Lehfeld (1993, p. 67):

A característica essencial da monografia é a forma de estudo de um tema (unicidade) delimitado, uma atualidade e originalidade acompanhada de uma contribuição importante para ampliação do conhecimento científico.

Segundo Beuren e Longary (2004, p. 41):

Quanto a suas finalidades, a monografia deve ser uma contribuição científica. Ela necessita apresentar de forma sistemática e ordenada um melhor entendimento sobre um ou mais aspectos de determinado tema dentro da área da ciência.

Durante o desenvolvimento da monografia o acadêmico terá que: pesquisar, acumular e organizar informações. Nesse sentido o acadêmico irá apresentar de forma sistemática e ordenada um melhor entendimento sobre o tema do seu trabalho.

Metodologia é o estudo dos métodos, sendo também considerada uma forma de conduzir uma pesquisa. A metodologia é necessária para descrever os procedimentos e o caminho que a pesquisa deve seguir.

Lakatos e Marconi (1986, p. 44) consideram que:

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. [...]. Especificamente é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.

Para atingir o objetivo proposto é adotada a divisão sugerida por Raupp e Beuren (2004, p. 79):

Considerando as particularidades da Contabilidade, diante do exposto, optou-se por focar tipologias de delineamentos de pesquisas, que se acredita serem mais aplicáveis a esta área do conhecimento, agrupadas em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos: que contempla pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; pesquisa quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e a quantitativa.

Para melhor compreensão dos objetivos propostos nesta monografia, é realizada uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (1999, apud RAUPP; BAUREN 2004, p. 80):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis.

No presente estudo são utilizados como métodos auxiliares a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi utilizada no sentido de fornecer o embasamento teórico, necessário à realização de qualquer pesquisa. Segundo Gil (1999 *apud* RAUPP; BEUREN 2004, p. 80) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida através do uso de material já elaborado, desde publicações avulsas, jornais, revistas, livros, monografias, teses e outros”.

Já a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam nenhuma análise profunda. De acordo com Silva e Grigolo (2002 *apud* RAUPP; BEUREN, 2004, p. 89) “a pesquisa documental visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor”. Justifica-se a escolha desse procedimento devido à necessidade da utilização das informações passadas tais como Demonstrações Contábeis e outras informações das empresas.

Quanto à abordagem do problema a tipologia utilizada foi à pesquisa quantitativa, que para Richardson (1999, p. 70):

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Para Beuren (2004, p. 93):

“a pesquisa quantitativa tem a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação, é normalmente utilizada em estudos descritivos”.

A pesquisa será realizada através da aplicação de um questionário, primeiramente enviado através da diretoria do CRC-SC, a um determinado número de escritórios da região metropolitana de Florianópolis buscando identificar as primeiras ferramentas utilizadas na escrituração contábil, o número de funcionários de cada escritório no momento de sua fundação assim como o número de clientes e suas opiniões a cerca dos avanços tecnológicos nos métodos de escrituração contábil.

1.5.1 Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, pois tem como objeto primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1989).

Do ponto de vista dos procedimentos, caracterizar-se como pesquisa, pois pretende estudar profundamente um único objeto de pesquisa tornando-se intimamente ligado ao contexto ou processo, no caso, o impacto da tecnologia aliada aos métodos de escrituração contábil (GIL, 1989).

Segundo MINAYO (1998), o foco principal das Ciências Sociais esta no estudo qualitativo, na medida em que caminha para o universo de significações. Não obstante, entende a metodologia de pesquisa qualitativa como capaz de incorporar questões e intencionalidades como inerentes aos atos, relações e às estruturas sociais.

Richardson (1989) diferencia o método qualitativo do quantitativo à medida que aquele não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de análise de um problema, não há intenção de numerar ou medir unidades ou categorias homogenias.

Esta pesquisa será realizada por meio de um questionário. A pesquisa requer predominantemente uma abordagem qualitativa, reforçada pelo caráter exploratório que se pretende empreender.

1.5.2 População e Amostra

A população pesquisada compreende as empresas de contabilidade da grande Florianópolis – SC. Para o estudo, foi enviado via CRC-SC um questionário contendo 20 (vinte) perguntas aos escritórios de contabilidade mais antigas da grande Florianópolis, atuantes no mercado, e que, obviamente, concordaram em colaborar com esta pesquisa, no caso do presente estudo 09 (nove) escritórios.

1.5.3 Coleta e Análise Dos Dados

Os dados foram coletados através de entrevistas com proprietários e funcionários dos escritórios, será feita, também, uma pesquisa referente a documentos de registro utilizados na época.

Em posse das entrevistas, foi feito um comparativo entre o período analisado e o período atual, levando em consideração o número de clientes, quantidade de livros impressos, o tempo para a contabilização das empresas, ferramentas para a contabilização dentre outros mecanismos identificados nas entrevistas.

Após essas definições chegou-se a um comparativo sobre o impacto causado pela evolução tecnológica dos métodos de escrituração contábil.

1.5.4 Instrumentos

Após seleção da amostra se deu início a aplicação dos questionários.

Entre as numerosas técnicas de pesquisa e coleta de dados, a mais difundida e conhecida é a utilização do questionário. O questionário constitui-se de uma série ordenada de perguntas relacionadas a um tema central, que são respondidas sem a presença do entrevistador. É uma das formas mais utilizadas

para obtenção de dados, por permitir mensuração mais exata.

Trata-se de técnica impessoal entre pesquisador e entrevistado, uma vez que a entrevista ocorre por intermédio de um documento com perguntas dirigidas, aguardando resposta do entrevistado.

QUADRO 1 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Vantagens	Desvantagens
Atinge maior número de indivíduos simultaneamente	Muitos questionários e perguntas não são respondidos
Permite o levantamento de dados em área geográfica maior	Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas
Exige menos recursos humanos e outros na condição do levantamento de dados	As perguntas não entendidas não podem ser esclarecidas
Obtêm-se os dados mais confiáveis, do ponto de vista da influência do pesquisador, sobre o entrevistado, pois este não entra em contato com aquele.	Não tem controle sobre em que condições o questionário foi respondido, nem sobre quem o respondeu, o que pode diminuir a sua eficácia.
O questionário pode ser respondido com mais flexibilidade pelo entrevistado, em termos de horário.	Pressupõe um universo de pesquisa mais homogêneo

Fonte: Rosa (1999).

A aplicação do questionário como técnica de pesquisa apresenta diversas vantagens e desvantagens que podem ser observadas no Quadro apresentadas anteriormente.

Quanto ao processo de elaboração e os critérios utilizados podem variar bastante de acordo com o objetivo da pesquisa. As questões devem ser selecionadas de forma criteriosa, tanto com relação à sua importância quanto ao número.

Um questionário pode ser composto de perguntas abertas ou fechadas. Nas perguntas abertas, o pesquisado tem total liberdade, uma vez que vai ele próprio redigir as respostas. Já nas perguntas fechadas ou dicotômicas a resposta é fixa entre duas opções.

Um questionário também pode ser composto de perguntas de múltipla escolha, ou seja perguntas fechadas com várias respostas.

1.5.5 Procedimentos Metodológicos

Inicialmente foi elaborado um questionário piloto onde por meio de um pré-teste foi analisado sua clareza e seu objetivo.

Após sua aprovação, foi enviado ao CRC-SC para que o mesmo fosse encaminhado ao cadastro de escritórios da região metropolitana de Florianópolis. Em seguida foram coletadas as informações e posteriormente feita a análise.

1.6 ESTRUTURA DE TRABALHO

A presente pesquisa foi dividida em quatro capítulos, sendo que o primeiro capítulo é a presente introdução, que busca evidenciar o Tema e o Problema, os Objetivos, a Delimitação do Estudo, a Justificativa e a Metodologia aplicados na presente pesquisa.

No segundo capítulo trata da fundamentação teórica abordando o Panorama Histórico da Contabilidade, a Profissão Contábil, as Normas de Contabilidade, os Sistemas de Contabilidade, as Organizações Contábeis e a Sociedade Civil.

No terceiro capítulo será apresentada a análise dos resultados obtidos na aplicação do questionário, comparando os resultados obtidos na pesquisa por meio de quadros e gráficos, todos comentados.

No quarto e último capítulo são realizadas as considerações finais, sugestões para futuros trabalhos e as limitações do trabalho realizado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica do trabalho relatando o panorama histórico da contabilidade de acordo com Sá. Apresenta-se ainda sucintamente conceitos básicos sobre a profissão contábil, normas de contabilidade, sistemas de contabilidade, organizações contábeis e sociedade civil.

2.1 PANORAMA HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

Segundo Ludícibus e Marion (1999), a contabilidade já existe desde o início da civilização: avaliar a riqueza de um homem tomando como exemplo um pastor que ao chegar o inverno recolhia seu rebanho de ovelhas num aprisco para protegê-lo do frio que matava. Então as tosquiava, e não sobrava nada para fazer a não ser olhar pela janela a neve caindo. Então este homem começa a se questionar; como o seu rebanho cresceu, será que o rebanho do seu vizinho pastoreio cresceu mais do que o seu. Ai que entra a função da contabilidade. Alguns teóricos preferem dizer que ela existe, pelo menos, desde 4.000 antes de Cristo.

Afirmou Melis: “Desde que o homem se preocupou com o amanhã, preocupou-se, também, em “fazer as contas”, mas, em verdade, nem sempre soube, racionalmente, o que fazer com as informações que guardou”.

A contabilidade vem evoluindo junto com a humanidade e seus avanços, para cada era da humanidade tem-se uma evolução, aliada a necessidade de cada período. Segundo LOPES DE SÁ (1997, p. 15):

“A contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

LOPES DE SÁ, em Dicionário de Contabilidade, ensina que a história da contabilidade se divide em cinco eras, a saber:

2.1.1 ERA EMPÍRICA DA CONTABILIDADE (8000 AC/1202 DC)

Trada da era do “surgimento” da contabilidade e seus primeiros registros. Segundo Tavoraro (2001, P. 06):

“A era empírica atesta a existência da escrituração contábil nesta era os achados arqueológicos na Suméria e na Babilônia, merecendo destaque o inventário de equinos encontrados nas tábuas de SUSA, tábuas de argilas ligadas por orifícios, gravadas por estilete em caracteres cuneiformes. Fazia-se assim o controle da pesca, da caça, dos rebanhos, dos cereais, do pão e da cerveja, do material empregado na construção de templos e estradas”.

De acordo com Lima (2006), A História da Contabilidade é tão antiga quanto à história da própria civilização. Ela surgiu 6.000 anos A.C dos povos Sumero-Babilônicos, Fenícios, Egípcios, Gregos, Cretenses, Romanos, etc. A contabilidade passou por uma época chamada "Época Empírica" (6.000 a 1202 A.C) que se caracterizou pela ausência da sistematização dos registros e pela ausência dos estudos de natureza científica e metodológica.

Para LOPES DE SÁ (2009), Atribui-se aos sumérios a invenção da escrita (em ideogramas), ou seja, aquela que utilizada passou a ser a expressão gráfica dos pensamentos. Antes, todavia, que a referida civilização inventasse a escrita ideográfica ela já adotava a escrita contábil.

A Contabilidade surgiu das necessidades que as pessoas tinham de controlar aquilo que possuíam, gastavam ou deviam. Sempre procurando encontrar numa maneira simples de aumentar suas posses. Logo com as primeiras administrações, surge a necessidade de controle, que seria totalmente impossível sem a aplicação dos registros. Os vestígios de contabilidade dos Incas se davam através de nós dados em cordas penduradas, que registravam os seus bens (Schmidt 1996). No Egito, era anotado a medição e o transporte do trigo. Entre hieroglíficos se encontra a figura de um pastor registrando as suas ovelhas, através de pedrinhas. Pelos achados nota-se que a contabilidade consistia em simples anotações a fim de evitar lapsos de memória, como em relatórios de trocas de bens e serviços. Quando inadvertidamente uma matilha de lobos ataca, e após uma enorme confusão causa um considerável prejuízo, com um misto de raiva e resignação, ele faz a recontagem das ovelhas e atira fora as pedrinhas excedentes. Auxiliada pela própria natureza, acaba de ser inventada a Contabilidade. Na Babilônia, a escrituração era feita em tábuas de argila retangulares ou ovais bem rudimentares. As mais famosas são URUK, JENDET-NASR e UR ARCAICA. Os templos possuíam escriturários próprios, denominados DUB-SAR e o chefe de escrituração era chamado DUB-SARMAG ou PA-DUB-SAR. A fim de evitar adulterações, já tinham o "SELO DO SIGILO" do templo. Alcançando-se assim, uma nova fase de evolução no controle e nas administrações. Foi nesta fase que apareceram

o Diário e Memorial. As revisões ou complicações da escrita eram depois arquivadas, ou seja, depositadas em vasos ou caixas, feitos de argila ou vime, que eram lacrados e colocado etiquetas que resumiam o conteúdo. No Antigo Egito, havia muitos armazéns, também chamado casa das contas e tesourarias, onde trabalhavam vários escriturários. O Inventário tinha grande influência na vida do povo, pois servia para registrar os bens móveis e imóveis. No império Médio, encontramos um livro escriturário, onde era feito o registro diário da entrada de bens. Esse registro era feito pelo secretário da Corte.

Em:< www.grupoempresarial.adm.br> (Acessado em 21/09/2010)

O Egito muito colaborou para a história da contabilidade, quer pelo amor que tinham pela escrita, como pela evolução que conseguiram imprimir. Milhares de anos se passaram, pouco mudou os lobos e as ovelhas. Na Antiguidade, as trocas de bens e serviços eram seguidas de simples registros ou relatórios sobre o fato. Mas as cobranças de impostos na Babilônia, já se faziam com escrituração, embora rudimentar. Tábuas de barro cozido e placas de madeira ou de pedra eram usadas para os registros de pagamentos de serviços. Uma escriba egípcia contabilizou os negócios efetuados pelo governo do seu país, no ano 2000 A.C.

2.1.2 ERA DA SISTEMATIZAÇÃO CONTÁBIL (1202/1494)

Segundo TAVOLARO (2001, p.7), “Nesta era, temos que a influência oriental se fez sentir, decorrência, segundo muitos autores, das cruzadas e do intercâmbio que propiciaram elas com o saber árabe, iniciando-se com a obra de LEONARDO FIBONACCI, de Pisa, publicada em 1202, sob o título - "Liber Abaci"”.

A racionalidade alcançada na antiguidade deveria caminhar para uma lógica de sistematização contábil. Embora a alta idade média tivesse, no ocidente, sofrido uma queda de intensidade de vida social e conseqüentemente econômica, o mesmo não ocorreu no oriente.

Segundo LOPES DE SÁ em seu livro: História Geral e das Doutrinas de Contabilidade:

“... Com Justiniano a igreja passou a controlar o poder, assumiu uma forma distinta e a escrita contábil das unidades gestoras da riqueza da mesma, tomou importância maior, no momento em que grande parte dos templos romanos e de suas terras passaram ao poder eclesiástico. “Novas transformações viriam após o domínio de Carlos Magno”. O regime feudal dos Condados firmou-se, com novas responsabilidades transferidas aos suseranos e novas necessidades de controle contábil. Todavia, no oriente, sem problemas de latifúndios e declínio das cidades e sociedades, sem influência do clero, estruturou-se um critério de registros que mais tarde se aperfeiçoaria na Itália, na Baixa Idade Média, e que seria denominado de partidas dobradas ou partidas duplas”.

Relata o autor que já nessa era da contabilidade surgiu devido à necessidade de um controle maior das riquezas, uma nova forma de contabilização, que mais tarde seria tratada como método das partidas dobradas. Fato é que no reside no campo da incerteza o nascimento da partida dobrada, que foi o mais expressivo avanço havido na escrituração contábil no presente milênio.

Sistemas de escritas contábeis foram bastante utilizados nas Ilhas Britânicas. Empregavam-se ramos de árvores assinalados com talhos como provas de dívida ou de quitação. As escritas governamentais da república romana (200/A.C.) já traziam as receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e divisões. Os gestores, funcionários do Estado tinham como atribuição examinar as contas dos governos provinciais. O imperador Augusto foi talvez, o primeiro governante da história a estabelecer um orçamento público.

No período medieval, diversas inovações na técnica da contabilidade foram introduzidas por governos locais e pela Igreja. O imperador Carlos Magno determinou, por volta do ano 800, na Capitulare de Villis, na realização de um inventário anual de propriedade, em livros especiais as receitas e despesas. Em 831, um "contador" assinou a escritura de uma propriedade transferida por santo Ambrósio a um nobre italiano. Exames de livros de contabilidade foram efetuados na Inglaterra, durante o reinado de Henrique I, no século XII.

Os empréstimos a empresas comerciais e os investimentos em dinheiro determinaram no desenvolvimento de escritas especiais que refletissem os interesses dos credores e investidores e, ao mesmo tempo, fossem úteis aos comerciantes, em suas relações com os consumidores e os empregados. O aumento de volume dos negócios registrados após a Revolução Industriais fez surgir na necessidade de exames contábeis das experiências financeiras das empresas, como base para empréstimos e inversões de capitais.

O governo passou a reconhecer como contadores, somente pessoas qualificadas para o exercício da profissão. A importância da matéria aumentou com a intensificação do comércio internacional e com as guerras ocorridas nos séculos XVIII e XIX, que causaram numerosas falências e a conseqüente necessidade de se proceder à determinação das perdas e lucros entre credores e devedores. Já no século atual, o extraordinário crescimento dos negócios exigiu a criação de serviços especiais e um aprendizado legal.

2.1.3 ERA DA LITERATURA CONTÁBIL

É marco inicial desta era a obra de frei Luca Pacioli, nascido em Borgo San Sepolcro, província de Arezzo, Itália.

Diga-se, desde logo, que frei Luca Pacioli não era contador, mas mestre em aritmética e geometria, sendo seu "TRACTATUS DE COMPUTIS ET SCRIPYIRIS" parte de seu livro "SUMMA DE ARITHMETICA, GEOMETRIA ET PORPORTIONE". Como, ao tempo, a arte da contabilidade era ensinada nas escolas de Ábaco ou de Matemática, neste livro, frei Luca Pacioli expôs o método chamado de partidas dobradas ou digrafia de que, por ele o registro de qualquer operação implica, necessariamente, que a cada debito deva corresponder a um credito equivalente, de forma de que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados (Moura, 1989 et Ferreira 1994).

Pacioli, apesar de ser considerado o pai da Contabilidade, não foi o criador das Partidas Dobradas. O método já era utilizado na Itália, principalmente na Toscana, desde o Século XIV.

O tratado destacava, inicialmente, o necessário ao bom comerciante. A seguir conceituava inventário e como fazê-lo. Discorria sobre livros mercantis: memorial, diário e razão, e sobre a autenticação deles; sobre registros de operações: aquisições, permutas, sociedades, etc.; sobre contas em geral: como abrir e como encerrar; contas de armazenamento; lucros e perdas, que na época, eram "Pro" e "Dano"; sobre correções de erros; sobre arquivamento de contas e documentos, etc.

Sobre o Método das Partidas Dobradas, Frei Luca Pacioli expôs a terminologia adaptada:

"Per", mediante o qual se reconhece o devedor;

"A", pelo qual se reconhece o credor.

Acrescentou que, primeiro deve vir o devedor, e depois o credor, prática que

se usa até hoje.

A obra de Frei Luca Pacioli, contemporâneo de Leonardo da Vinci, que viveu na Toscana, no século XV, marca o início da fase moderna da Contabilidade. A obra de Pacioli não só sistematizou a Contabilidade, como também abriu precedente que para novas obras pudessem ser escritas sobre o assunto. É compreensível que a formalização da Contabilidade tenha ocorrido na Itália, afinal, neste período instaurou-se a mercantilização sendo as cidades italianas os principais interpostos do comércio mundial.

Foi a Itália o primeiro país a fazer restrições à prática da Contabilidade por um indivíduo qualquer. O governo passou a somente reconhecer como contadores pessoas devidamente qualificadas para o exercício da profissão. A importância da matéria aumentou com a intensificação do comércio internacional e com as guerras ocorridas nos séculos XVIII e XIX, que consagraram numerosas falências e a consequente necessidade de se proceder à determinação das perdas e lucros entre credores e devedores.

(Em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>.

Acesso em 19 de outubro de 2010.)

Como vimos na presente citação, o método das partidas dobradas já era utilizado desde o século XIV na Itália, não sendo, portanto, criado por Pacioli. Podemos dizer que além da formalização da contabilidade ter ocorrido na Itália, foi este país o primeiro a fazer restrições, ou instituir normas, a prática da contabilidade através do reconhecimento do profissional contábil, como pessoas devidamente qualificadas para o exercício da função.

2.1.4 ERA DA CONTABILIDADE CIENTÍFICA (1840/1950)

Inicia-se esta era com a publicação do livro “LA CONTABILITÀ APPLICATA ALLE AMMINISTRAZIONI PRIVATE E PUBBLICHE” de Francisco Villa, seguindo-se um grande número de obras especializadas.

Villa advertiu que uma coisa é a riqueza e outra o registro dela, sendo importante explicar o que está acontecendo com a “substância da riqueza patrimonial” que se governa, para satisfazer nossas particulares necessidades.

O movimento intelectual que, a partir do século XVII, foi empreendido, precipitando um amadurecimento cultural da humanidade, culminou com a época do positivismo, tal período, positivista, de extremo amor à ciência, foi determinante para que a contabilidade também se transformasse doutrinariamente.

Segundo LOPES DE SÁ (2006, p.32), naquela época, por meio da realidade das coisas, dos fenômenos percebidos, os positivistas buscavam avidamente tudo

envolver pelo método científico e pela filosofia da ciência, despida esta de quaisquer aspectos metafísicos ou de ficções.

O clima que fora criada anteriormente na França, especialmente por Descartes, a relevância que se dava as matemáticas e a proximidade do conhecimento contábil com os números parecem ter sido um impulso inicial que depois se envolveria por outra influencia, que foi a social.

A atmosfera intelectual dos primeiros anos do século XIX já estava impregnada de valores culturais que não mais confundiam a simples informação com o que significa o elemento informado. Entender o que significam os informes passou a ser muito mais importante do que simplesmente obter e transmitir informações.

Despertava-se para o que já advertiria a milênios Aristóteles, ou seja, de que “há uma ciência da riqueza e que não é a economia”.

Com base nessas concepções, a contabilidade, como ciência, preocupar-se-ia em conhecer os fenômenos ocorridos com as coisas que se usam para atingir os objetivos dos empreendimentos humanos, nas empresas, nas instituições.

2.1.5 PERÍODO FILOSÓFICO (pós-guerra)

O período filosófico inicia-se com a pesquisa mais profunda da contabilidade, apontando-se como marco as obras de VICENZO MAIS – FILOSOFIA DELLA RAGIONERIA e, no Brasil, FRANCISCO DÁURIA – PRIMEIROS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE PURA. Cabendo ainda apontar o próprio LOPES de SÁ – FILOSOFIA DA CONTABILIDADE.

Para Sá (2006, p.34), alcançada à maturidade científica, seria natural que os intelectuais da Contabilidade procurassem interpretar, com maior profundidade, a lógica do conhecimento, gerando um “conhecimento do conhecimento”.

Buscou-se, então, encaixar o pensamento contábil dentro da lógica, da filosofia da ciência, para consolidar sua natureza de conhecimento superior.

Segundo Sá (2006, p35), tal enquadramento, de identificar a Contabilidade sob a ótica filosófica implicou determinar:

- Natureza do conhecimento (forma de identificar os acontecimentos);

- Natureza do fenômeno ou objeto de estudos (identificação real da matéria que se estuda);
- Finalidade do conhecimento (para que se estuda e onde se aplica o conhecimento contábil);
- Métodos de estudo (maneira de raciocinar escolhida para a contabilidade);
- Relações lógicas do fenômeno (o que acontece para que o fenômeno patrimonial possa ser formado e o que influi para isto);
- Logica conceptual (como dar nomes aos fenômenos da riqueza individualizada e como raciocinar para encontrar um nome adequado);
- Lógica das proposições (como usar o conhecimento para enunciar verdades sobre o comportamento do patrimônio individualizado ou aziendal);
- Bases da estruturação teórica (como reunir as proposições para conseguir estudar e desenvolver matéria do conhecimento contábil);
- Classificação científica (no campo científico onde melhor se enquadra a Contabilidade);
- Sistematização dos fenômenos e análise sistemática (qual ótica organizada, racional e de correlação entre os componentes do patrimônio de acordo com as diversas finalidades do uso da riqueza);
- Correlações do conhecimento (como estabelecer o uso de conhecimentos de outras disciplinas, mantendo a autonomia científica da Contabilidade).

Escolas de estudiosos chefiadas por líderes culturais formaram correntes de pensamentos científicos em todo mundo como. O que caracteriza as correntes científicas é a determinação do objeto de estudos da contabilidade. Admite-se que o objeto de nosso conhecimento é o patrimônio e o aspecto de observação a eficácia deste nas células sociais.

2.2 PROFISSÃO CONTÁBIL

Segundo Fortes (2002, p.54), a contabilidade se fundamenta em princípios, leis e outras normas decorrentes das relações sociais entre pessoas, empresas e instituições em geral, sendo, portanto, vinculada à área das ciências sociais aplicadas.

Fortes relata, ainda, que o exercício profissional das atividades contábeis é de competência exclusiva dos contabilistas legalmente habilitados junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

Para MARION E FARIA (2009, APUD IUDÍCIBUS p. 1), “O profissional Contábil tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de

trabalho bastante amplo e diversificado, e objetos bem claros de onde ele pretende chegar”.

A profissão contábil é atualmente regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, dividindo a profissão em duas categorias, contador e técnico em contabilidade, com algumas prerrogativas comuns e outras privativas somente dos contadores.

O contador é o profissional, portador do título de Bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, sendo que a ausência do registro não lhe dá o título de contador, sendo impedido, assim, de exercer a função de contador.

O técnico em contabilidade é um profissional de nível médio com habilitação de técnico em contabilidade, que também necessita do registro no Conselho Regional de Contabilidade para poder exercer a função de técnico em contabilidade.

A contabilidade é uma enorme fonte de registro, interpretação e informação de dados empresariais, governamentais e de entidades do terceiro setor. Sua utilidade social é bem expressa pelo então presidente da França, Jacques Chirac, em seu discurso na sessão plenária de encerramento do XV Congresso Mundial de Contadores, em 1997:

... A profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia. Isso porque vocês não se restringem a cuidar de contas. Vocês são conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, para que têm um importante papel a desempenhar, especialmente em assuntos sociais e tributários. Vocês orientam pequenas e médias empresas e sua administração, simplificando as alternativas, que ainda são demasiado complexas. Vocês desempenham, portanto, um papel no desenvolvimento das possibilidades de emprego, o que merece um especial registro de reconhecimento... .

Nós, contabilistas, servimos à sociedade, aos empresários, às entidades sociais, culturais e filantrópicas, aos governos (federal, estaduais e municipais), aos investidores, ao judiciário. Somos mais de 300.000 somente no Brasil (dados do Conselho Federal de Contabilidade) – se bem que ainda não tivemos um justo reconhecimento de nossos relevantes serviços, pela sociedade com um todo.

O contabilista pode atuar em várias frentes profissionais, além da própria gestão contábil de empresas, entidades públicas e não governamentais, especializando-se em várias áreas, como:

Perícia Contábil – cada vez mais as sentenças judiciais e arbitrais buscam estar pautadas em laudos técnicos de especialistas contábeis – já que estes propiciam o rigor de investigação, a independência e a confiabilidade de cálculos e opiniões sobre controvérsias como apuração de haveres, lucros cessantes, impugnações fiscais e avaliação de patrimônio líquido.

Auditoria: O profissional com formação acadêmica em Ciências Contábeis - Ensino Superior, inscrito no CRC (após exame de suficiência) poderá auditar e emitir o parecer de entidades como:

Companhias que tenham suas ações negociadas em Bolsa de Valor (as

chamadas de Capital Aberto).

Instituições financeiras (Bancos, Seguradoras, Consórcios, Corretoras de Títulos e Valores, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pelo Banco Central e SUSEP).

Planos de saúde, regulamentados pela ANS.

Sociedades sem fins lucrativos, a partir de determinado valor de arrecadação.

As entidades acima só podem ser auditadas por Contador, inscrito na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Fiscal: a fiscalização de contribuintes ou de contas de entes públicos é uma atividade complexa e extremamente técnica – com certeza o contabilista é o profissional mais adequado para realizar tais labores, já que possui um amplo leque de conhecimentos específicos (como domínio simultâneo das normas contábeis, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, societárias e administrativas).

Gestão de Empresas – esta não é uma atividade restrita a administradores, já que os contabilistas são conhecedores profundos de finanças, custos e fluxo de caixa, e têm colocado suas capacidades à frente de grandes empreendimentos.

Gestão Pública – esta área, tão carente de profissionais idôneos e tecnicamente à altura de um grande país como o Brasil, pode ser incrivelmente melhorada com a utilização das capacidades profissionais e criativas dos contabilistas. Sonho com o dia em que o Presidente da República seja um profissional contábil que tenha grande respeito pelas finanças públicas, profundos conhecimentos em orçamento e repudie as gastanças, corrupção e desperdícios do dinheiro público.

Atuarial - parte da estatística ligada a problemas relacionados com a teoria e o cálculo de seguros. Na terminologia técnico-comercial, ATUÁRIO designa o contabilista especializado na contabilidade e na técnica dos seguros (previdenciários, patrimoniais e riscos complexos).

Consultoria – há contabilistas que adquirem experiências específicas em determinados ramos de atividades (como planejamento tributário), e podem oferecer aos três setores da sociedade (iniciativa privada, governos e ONGs) um leque de soluções para as complexas questões sociais, orçamentárias e de mercado a que tais entes se defrontam no dia a dia.

Ensino – universidades e centros de atualização profissional necessitam de ótimos professores, com profundos conhecimentos contábeis, para formação de novos profissionais e aprimoramento de outros, em dezenas de disciplinas como Contabilidade Rural, Contabilidade de Custos ou Orçamento Público.

Pesquisa – periodicamente, recebo pedidos de várias pessoas, solicitando obras tão diferentes como Contabilidade Pública ou Contabilidade Internacional. Um pesquisador contábil pode estabelecer-se como um escritor de tempo integral, e deixando um nobre legado de pesquisas e conhecimentos para muitas gerações. Esta é minha atividade há mais de 07 anos – sou autor de mais de 30 obras diferentes e espero ainda contribuir mais com o conhecimento contábil e de áreas correlatas.

(Em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/profissaocontabil.htm>>. Acesso em 21 de outubro de 2010).

Contudo ressalta-se a importância do profissional contábil tanto em empresas quanto na administração pública. O contador torna-se um conselheiro da empresa, analisa suas contas, realiza seu planejamento e identifica eventuais falhas ou deficiências da empresa relacionadas à área financeira e patrimonial. Seu trabalho serve de referência para investidores e até mesmo à sociedade, no âmbito do setor público.

2.2.1 Normas de Contabilidade

Entende-se por Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) como um conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resolução emitidas pelo CFC.

As NBC são convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB - Comitê Internacional de Normas de Contabilidade e as Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração e as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público emitidas pela IFAC - Federação Internacional de Contadores.

As NBC compreendem o Código de Ética Profissional do Contabilista, Normas de Contabilidade, Normas de Auditoria Independente e de Asseguração, Normas de Auditoria Interna e Normas de Perícia.

As Normas Brasileiras de Contabilidade devem ser submetidas à audiência pública como regulamentado pelo CFC.

Em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/normascontabilidade.htm>>. (Acesso em 22 de outubro de 2010)

A NBC-T-2, Da escrituração Contábil (envolvendo as NBCT-2-1, T-2-2, T-2-4, T-2-5, T-2-6, T-2-7), trata exaustivamente da Escrituração e Documentação no processo contábil. A NBC-T-2-1, Das Formalidades da Escrituração Contábil, estabelece que a entidade deva manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico IUDÍCIBUS (2009, p. 231).

A Resolução 1.156/2009 estabelece as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme item 6.1, Anexos.

Portanto, as normas de contabilidade classificam-se em Profissionais, que estabelecem preceitos de conduta para o exercício profissional e Técnicas, que estabelecem conceitos doutrinários, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados, sendo classificadas em Contabilidade, Auditoria independente e de Asseguração, Auditoria Interna e Perícia.

2.2.2 CONSTITUIÇÃO

O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais, atualmente existentes em 27 Estados da Federação, são entidades de fiscalização do exercício profissional, criadas por meio do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

Cada um desses órgãos é constituído de dois terços (2/3) de Contadores e um terço (1/3) de Técnicos em Contabilidade, denominados Conselheiros, e que são escolhidos da seguinte forma:

- a) no Conselho Federal, mediante votação secreta e pessoal de um Colégio Eleitoral, integrado por um representante de cada CRC; e
- b) nos Conselhos Regionais, mediante voto secreto, pessoal, direto e obrigatório de todos os Contadores e Técnicos em Contabilidade com registro em vigor e em situação regular para o exercício da profissão contábil.

A duração do mandato dos Conselheiros é de 04 (quatro) anos e a renovação de diretoria é feita de dois em dois, em eleições que ocorrem sempre nos anos de final ímpar.

Os Conselhos Regionais de Contabilidade, hierarquicamente subordinados ao Conselho Federal de Contabilidade, têm como finalidades precípua: fiscalizar o exercício da profissão contábil e efetuar o registro dos profissionais da Contabilidade e das empresas de serviços contábeis.

Sua força de ação se concentra no profissional que executa ou explora atividades contábeis, bem como na empresa por ele integrada, no sentido de mantê-lo dentro dos padrões legais, técnicos e éticos estatuídos como inerentes à sua atividade; portanto, a natureza dos Regionais de Contabilidade é de fiscalização da profissão contábil.

De acordo com o Regimento Interno, compete aos Conselhos Regionais, entre outras atribuições:

- fiscalizar, pelos órgãos próprios, o exercício da profissão de contabilista, impedindo e punindo as infrações, cumprindo-lhe examinar livros e documentos de terceiros quando necessário à instrução processual e representar às autoridades competentes sobre os fatos que apurar e cuja solução não seja de sua alçada;
- processar, organizar, manter, baixar, revigorar e cancelar os registros de Contador, Técnico em Contabilidade e organização contábil; assim como conceder e expedir o certificado de cadastrado;
- examinar e julgar as reclamações e representações escritas, sobre os serviços de registro e infrações dos dispositivos legais, relativos ao exercício da profissão de contabilista;
- eleger os membros do Conselho Diretor e dos demais Órgãos de

Deliberação Coletiva, bem como o representante no Colégio Eleitoral de que trata o artigo 11 do Estatuto dos Conselhos;

- aprovar o orçamento anual dos Conselhos Regionais e respectivas modificações, submetendo-os à homologação do CFC;
- elaborar e aprovar resoluções sobre assuntos de seu peculiar interesse, submetendo-as à homologação do CFC quando a matéria disciplinada tiver implicação ou reflexos no âmbito federal;
- adotar e promover, dentro do âmbito de sua competência e jurisdição, todas as medidas necessárias à realização de suas finalidades;
- cooperar com os órgãos do Governo do Estado no estudo e solução dos problemas referentes à profissão de contabilista, encaminhando ao CFC os assuntos da alçada Federal;
- deliberar sobre as decisões das Câmaras;
- julgar relatório, contas e demonstrações contábeis apresentadas pelo Presidente, após parecer da Câmara de Controle Interno, antes de enviá-las ao Conselho Federal de Contabilidade;
- julgar infrações e aplicar penalidades previstas no Estatuto dos Conselhos, em atos normativos baixados pelo CFC;
- incentivar e contribuir para o aprimoramento técnico, científico e cultural dos contabilistas e da sociedade em geral.

Disponível em: Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade – LIVRO do CRC-SC também disponível na internet.

Portanto, cabe aos Conselhos Regionais e Federal fiscalizar a atuação dos contadores e técnicos em contabilidades nas diversas áreas de atuação como forma de controle e cumprimento das normas e princípios de contabilidade, criando e editando leis e normas, além da regulamentação e controle dos profissionais.

2.2.3 Princípios de Contabilidade

Segundo definição de IUDÍCIBUS (2009, p. 62), “Os princípios de Contabilidade são os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão contábil na consecução dos objetivos da contabilidade, que consiste em apresentar informação estruturada para os usuários”.

Os Princípios de Contabilidade, aprovados pela Resolução CFC n.º 750/93, de 29 de dezembro de 1993 e alterados pela Resolução 1282/2010 do CFC, conforme item 6.2, Anexos.

Para LOPES De SÁ (2007), os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social a ela inerente. Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se os atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. No caso da Contabilidade, presente seu objeto,

seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem às finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes.

Os princípios refletem o estágio em que se encontra a Ciência da Contabilidade, isto é, a essência dos conhecimentos, doutrinas e teorias que contam com o respaldo da maioria dos estudiosos da Contabilidade. É evidente que, em muitos aspectos, não há como se falar em unanimidade de entendimento, mas até em desacordo sobre muitos temas teórico-doutrinários. Temos uma única ciência, mas diversas doutrinas. Entretanto, cumpre ressaltar que tal situação também ocorre nas demais ciências sociais e, muitas vezes, até mesmo nas ciências ditas exatas.

Em termos de conteúdo, os princípios dizem respeito à caracterização da Entidade e do patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido. Como os princípios alcançam o patrimônio na sua globalidade, sua observância nos procedimentos aplicados resultará automaticamente em informações de utilidade para decisões sobre situações concretas. Esta é a razão pela qual os objetivos pragmáticos da Contabilidade são caracterizados pela palavra “informação”.

2.3 SISTEMAS DE CONTABILIDADE

Para o entendimento do que seja sistema, buscou-se em CAMPOS (1996, P. 32) onde afirma que “sistema é conceituado como um conjunto de elementos, princípios, leis e ideais, entre os quais há um relacionamento definido e coerente, dentro de uma estrutura organizacional que lhe empresta UNIDADE e HARMONIA”.

Entretanto, foi em MUNIZ e FARIA (2001, P.135) que:

“o conceito da teoria geral de sistemas foi introduzido pela Biologia, por Ludwig Von Bertalanffy”. Informando os autores que até então prevalecia “o método analítico do século XVII de Renée Descartes: a decomposição do todo em partes”. Ressalte-se que o citado cientista, “fundador da Teoria dos Sistemas” afirma que “é uma visão da realidade que transcende os problemas tecnológicos, exige uma reorientação das ciências, atinge ampla

gama de ciências, desde a física até as ciências sociais, e é operativa em vários graus de sucesso”.

Assim dita os pesquisadores, a partir da fonte citada que “sistema consiste em um conjunto de elementos interdependentes e interagentes; um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado e cujo resultado é maior do que o resultado que as unidades poderiam ter se funcionassem independentemente”. (p.136)

Em seguida ditam MUNIZ E FARIA, que “o sistema designado como total é representado por todos os componentes e relações necessárias à realização de um objetivo, dado certo número de restrições”. (p.136)

Para compreender-se o do que se trata de Sistema de Contabilidade, socorre-se em MELO (1974, P. 13) indicando-se que se trata do “estudo dos livros, documentos, cálculos e contas por meio dos quais sés registram e classificam os atos e fatos administrativos, cujos efeitos sobre o patrimônio ela evidencia graficamente, através de normas próprias, é efetivamente o objetivo maior da Contabilidade”.

Contudo, entende-se que esses elementos “constituem, basicamente, a alimentação do sistema contábil”, que se utiliza de tais elementos que atende as finalidades e objetivos da ciência Contábeis. Os livros são: diário, razão, conta correntes, caixa e demais livros auxiliares; os documentos, em geral se constituem de recibos, notas fiscais, faturas, duplicatas, contratos, escrituras, recibo de salários, guias de recolhimento de tributos e encargos, boletos bancários, etc. Os cálculos referem-se à depreciação, amortização, rateio de custos e despesas, alíquotas de impostos, lucros a distribuir, etc. Quanta as contas, estas terão tantas quantas as necessidades de informações da administração.

Corroborando com o pensamento Melo, MARION (2003, P.135) informa que:

“Contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão. Usuários podem ser considerados como qualquer pessoa (física ou jurídica) que tenha interesse em conhecerem dados (normalmente fornecidos pela contabilidade) de uma entidade”.

Esclarece ainda, MARION, que os usuários podem ser internos à empresa, ou fora dela. Completa que “os dados são elementos importantes constantes nos relatórios Contábeis (resumo, periódicos e ordenados), que abrangem informações econômico-financeiras”. Conclui-se que “o objetivo principal da contabilidade,

portanto, conforme a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras”.

Nisso, PADOVEZE (2000, P. 101) diz que se pode fazer a contabilidade de diversas maneiras, ou seja, utilizarem-se diversos sistemas, tais como: a) manual; b) maquinizado; c) mecanizado; d) computacional.

“A decisão de usar um sistema ou outro deverá ficar a cargo do contador que, em função do tamanho, quantidade de lançamentos, elementos patrimoniais a serem controlados, decidirá pelo sistema ideal, que deverá conjugar as questões de rapidez e custo da informação contábil”.

A Contabilidade evoluiu com o material de apoio, assim como as demais ciências que se utiliza de registros e arquivos para guarda de sua memória; dos livros manuais, ao tempo em que a ciência Contábil, evoluiu desde os tempos da descoberta da imprensa; houve o desenvolvimento desse sistema material, com o uso das máquinas de datilografia, que se utilizava de papel carbono copiativo, ou seja, da primeira via datilografada, produzia-se uma cópia que permitia pelo processo de pensamento a transcrição em folha de seda, em livro pré-impreso e com folhas numeradas; posteriormente com o método de cópia química produziu-se a transcrição em folha especial, igualmente pré-encadernadas; já nos tempos da edição da Lei das sociedades anônimas, admitiu-se a encadernação das folhas soltas com registro dos respectivos livros posteriormente, ou seja, a existência do diário em folhas soltas e, finalmente, com o advento da informática, esta se constitui na principal ferramenta profissional, com a guarda dos lançamentos ao longo do exercício e impressão do livro e posterior encadernação e registro na Junta Comercial.

Conclui PADOVEZE (2000, P. 101) que:

“é ainda possível que fazer uma contabilidade manual seja preferível à contabilidade processada por computador, em razão do tamanho da empresa e de quem faz a contabilidade, se bem que o uso intensivo de microcomputadores tem viabilizado a questão de custo do equipamento utilizado”.

Em sua passagem, PADOVEZE afirma que ainda é possível fazer uma contabilidade, manual, tão bem quanto à informatizada, porém devido ao porte das

empresas, hoje é muito mais viável a produção por meios informatizados, melhor custo x benefício.

2.3.1 MECANICA DOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Segundo LEITE (1997, P. 25):

“As transações realizadas pelas empresas” são desmembradas em dois elementos, que considera de fundamental importância para efeito de registro: as fontes e as aplicações de recursos, ou seja: qual a origem e qual o destino do recurso aplicado em determinada operação. Nesse sentido, o autor define por lançamento, o ato em que “a Contabilidade designa o ato de registro simultâneo dos três elementos constituintes de uma transação: o valor pelo qual a transação é efetuada; o ponto de origem dos recursos, ou seja, de onde eles saíram; e a destinação que foi dada a estes recursos”.

Continua o autor afirmando que o “ponto de origem de recursos e para cada possível ponto de destinação de recursos, a Contabilidade abre uma *conta*, ou seja, um registro individualizado que vai recebendo acréscimo e deduções à medida que as transações vão ocorrendo”.

Diante disso o autor reporta-se aos princípios contábeis geralmente aceitos, e que se trata de convenção que não cabe discussão, obrigando-se o estudioso da Contabilidade a assimilar suas informações, e aceita dois termos que são de enorme uso nos procedimentos de registros de transações empresariais: Débito, que se refere o ponto de destinação dos recursos e o Crédito, que se refere o ponto de origem dos recursos que propiciaram a transação.

Consolidam-se, assim, os ensinamentos ministrados anteriormente, onde ficou convenção, segundo o LEITE (1997, p. 27) que “este sistema de registros das transações pelo débito da conta que representa o destino dos recursos e crédito da conta que representa a origem dos recursos é conhecido como *Método das Partidas Dobradas* porque, neste sistema o mesmo valor é anotado duas vezes: uma na conta que serviu de origem dos recursos (crédito) e outra na conta que serviu de destinação dos recursos (débitos)”. Esclarece ainda o autor, que somadas às várias transações numa e noutra conta seu resultado será igual, havendo assim a correspondência entres os débitos e os créditos.

Da mesma maneira pensa PADOVEZE (2.000, P. 101):

“Independentemente do sistema utilizado, tendo em vista a normalização com todas as outras empresas, o método deverá ser único. Já se teve, num passado muito remoto, a utilização do Método das Partidas Simples. Porém, agora, o único método utilizado é o método das Partidas Dobradas”.

Afirma o autor, que “o Método das Partidas Simples, foi elaborado antes do conhecimento ou da criação da figura do Patrimônio Líquido, ou do conceito de despesas e receita como elementos patrimoniais”.

Acerca do Método das Partidas Dobradas, afirma o autor, que é denominado de partidas dobradas (partida = registro = escrituração = lançamento) porque o mesmo valor é lançado em duas contas, no mínimo, através dos débitos e créditos. “A Finalidade de se lançar em dois lugares é manter a equação de trabalho ou de equilíbrio patrimonial em situação de igualdade”.

2.4 ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS

Resolução CFC 868/99 – Dispõe sobre o registro cadastral das organizações contábeis nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais. Considerando:

A constante alteração das legislações tributária, previdenciária e trabalhista que repercute na constituição e no funcionamento das organizações contábeis, constituídas por profissionais liberais;

As conclusões de estudos desenvolvidos no Conselho Federal de Contabilidade, por mais de 10 (dez) anos, quanto ao registro e a fiscalização das organizações contábeis;

O crescimento acentuado do mercado de trabalho para as organizações contábeis;

O crescimento acelerado das organizações contábeis no mercado de trabalho dos profissionais da Contabilidade;

Que o mercado de trabalho das empresas comerciais, industriais e das prestadoras de serviços está, cada vez mais, exigindo novos métodos de trabalho dos seus parceiros e contratados;

A necessidade de garantir à sociedade brasileira maior qualidade na prestação de serviços das organizações contábeis registradas no Sistema CFC/CRCs;

A Resolução nº 680, de 8/11/1990, que criou a figura das organizações contábeis;

Que o crescimento do número das organizações contábeis em todo o País está a exigir um direcionamento específico da fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade nessa área de atuação dos profissionais da Contabilidade;

A necessidade de ser mantida a unidade de ação, em todos os Conselhos Regionais de Contabilidade, quanto à constituição, registro e normas de funcionamento das organizações contábeis;

(Em: <http://www.crc-es.org.br/novo/fiscal_organizacao.asp> Acesso em 21/06/2010).

A Lei nº 6.839, de 30/10/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

2.5 SOCIEDADE CIVIL

Sociedade civil se refere à totalidade das organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um estado (independentemente de seu sistema político).

Maquiavel já havia estabelecido uma distinção entre sociedade e Estado. Entretanto o primeiro estudo envolvendo a expressão *sociedade civil*, foi o "Ensaio Sobre a História da Sociedade Civil", escrito pelo filósofo escocês Adam Ferguson, em 1767.

Para Ferguson, um moralista (grupo que também inclui Adam Smith, Francis Hutcheson, David Hume e outros maiores contribuintes para o Iluminismo Escocês), a "sociedade civil" é o oposto do indivíduo isolado, ou, mais especificamente, a condição do homem que vive numa cidade.

Posteriormente Immanuel Kant desenvolveu o conceito de Sociedade Civil como uma sociedade estabelecida com base no direito, ou seja, o oposto da categoria explicativa de estado de natureza, caracterizada pela guerra

Existe uma infinidade de definições de *sociedade civil*. A prática definição do Centro para a Sociedade Civil da London School of Economics é bastante ilustrativa:

Sociedade civil refere-se à arena de ações colectivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, as suas formas institucionais são distintas daquelas do estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre estado, sociedade civil, família e mercado sejam frequentemente complexos, indistintos e negociados. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, actores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades civis são frequentemente povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de autoajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coalizões e grupos activistas.

(Em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_civil> Acesso em 23/07/2010).

Mais recentemente, Robert Putnam argumentou que mesmo organizações não políticas na sociedade civil são vitais para a democracia. Isto porque elas constroem capital social, confiança e valores compartilhados, os quais são transferidos para a esfera política e ajudam a manter a sociedade junta, facilitando uma compreensão da interconectividade da sociedade e dos interesses dentro dela.

3 ANALISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentar-se-á a apresentação e análises dos resultados quanto a pesquisa realizada.

3.1 APRESENTAÇÃO

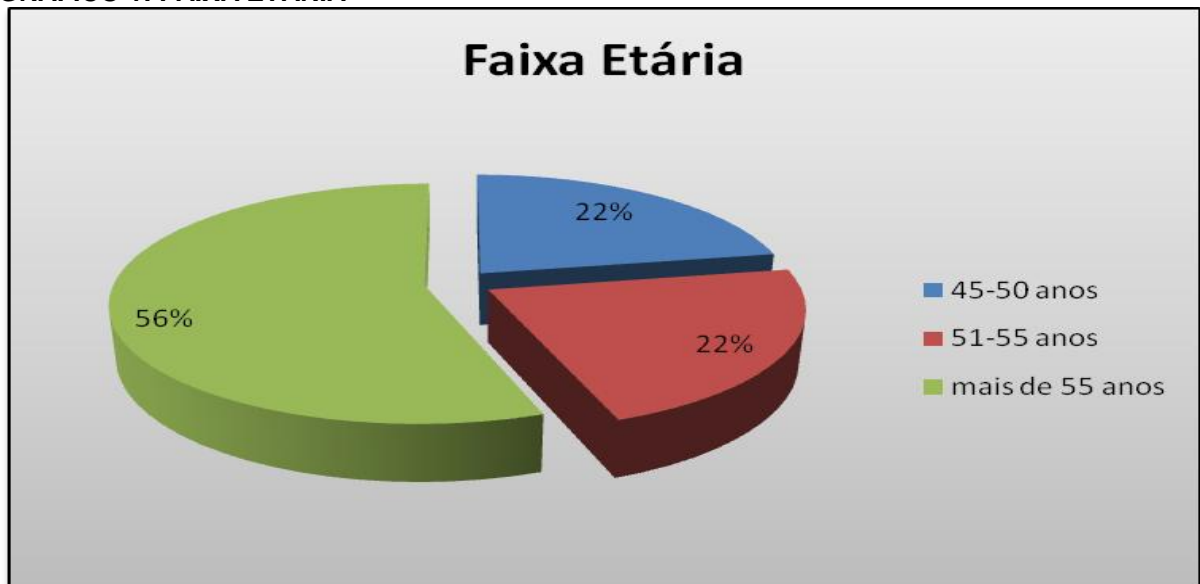
Por meio dos questionários enviados aos formadores da região da Grande Florianópolis, pretendeu-se identificar o impacto causado pelos avanços tecnológicos no métodos de escrituração contábil.

3.1.1 RESULTADOS

Os dados levantados por meio dos questionários apresentaram as seguintes respostas.

Com relação à primeira pergunta do questionário, que se refere à idade dos entrevistados, têm-se as seguintes respostas: 02 (dois) entrevistados responderam que apresentam a idade entre 45 (quarenta e cinco) e 50 (cinquenta) anos; 02 (dois) entrevistados responderam que apresentam idade entre 51 (cinquenta e um) e 55 (cinquenta e cinco) anos; e 05 (cinco) entrevistados responderam que apresentam idade superior a 55 (cinquenta e cinco) anos.

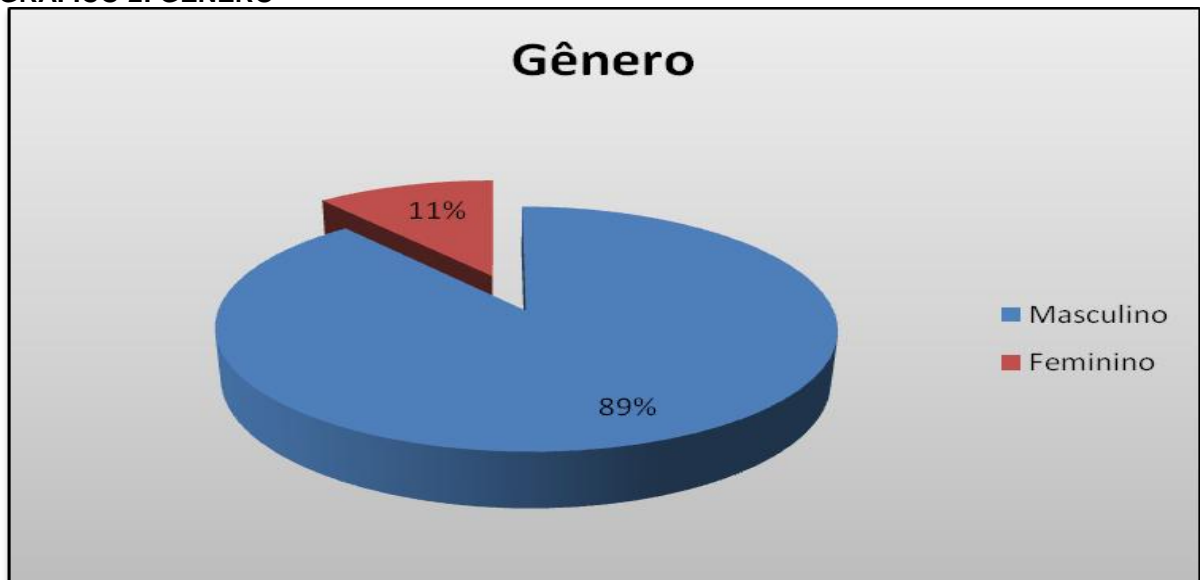
GRÁFICO 1: FAIXA ETÁRIA



Fonte: Dados da Pesquisa

A segunda pergunta do questionário trata do sexo do entrevistado, neste caso o resultado apresentado foi: 08 (oito) dos entrevistados são do sexo masculino e 01(um) entrevistado do sexo feminino.

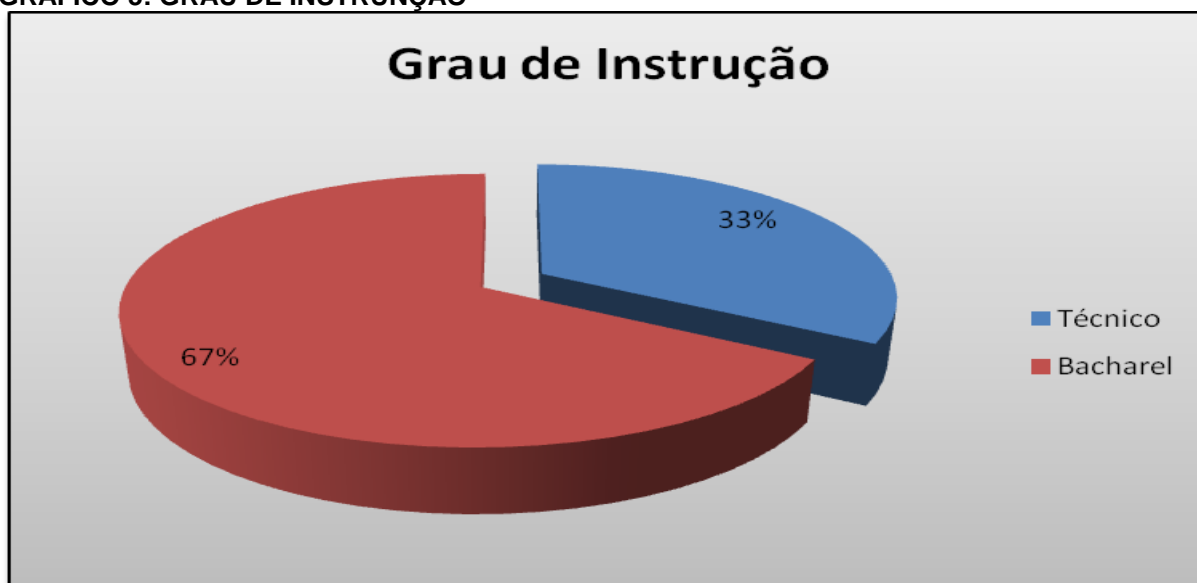
GRÁFICO 2: GÊNERO



Fonte: Dados da Pesquisa

Na terceira pergunta do questionário, foi abordado o grau de instrução ou formação, tendo o seguinte resultado: (03) entrevistados são técnicos em contabilidade e 06 (seis) entrevistados apresentam o grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

GRÁFICO 3: GRAU DE INSTRUÇÃO



Fonte: Dados da Pesquisa

O tempo de atuação na área contábil é o assunto tratado na quarta pergunta do questionário, onde se obteve o seguinte resultado: 05 (cinco) entrevistados responderam ter entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de trabalho na área contábil, 02 (dois) entrevistados responderam ter entre 41 (quarenta e um) e 50 (cinquenta) anos de trabalho na área contábil e 02 (dois) entrevistados responderam ter mais de 50 (cinquenta) anos de trabalho na área contábil.

GRÁFICO 4: ATUAÇÃO NA ÁREA CONTÁBIL

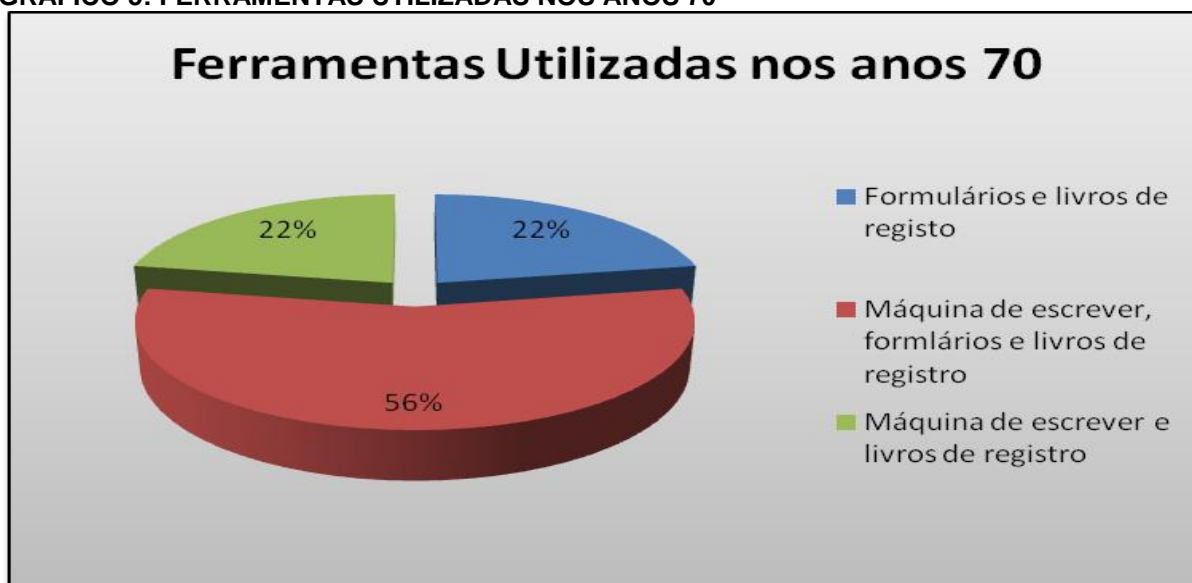


Fonte: Dados da Pesquisa

A quinta pergunta do questionário trata das ferramentas utilizadas para

escrituração contábil na década de 70, onde se obteve o seguinte resultado: 02 (dois) entrevistados responderam que utilizavam formulários e livros de registro, 05 (cinco) entrevistados responderam que utilizavam máquina de escrever, formulários e livros de registro e 02 (dois) entrevistados responderam que utilizavam máquina de escrever e livros de registro.

GRÁFICO 5: FERRAMENTAS UTILIZADAS NOS ANOS 70

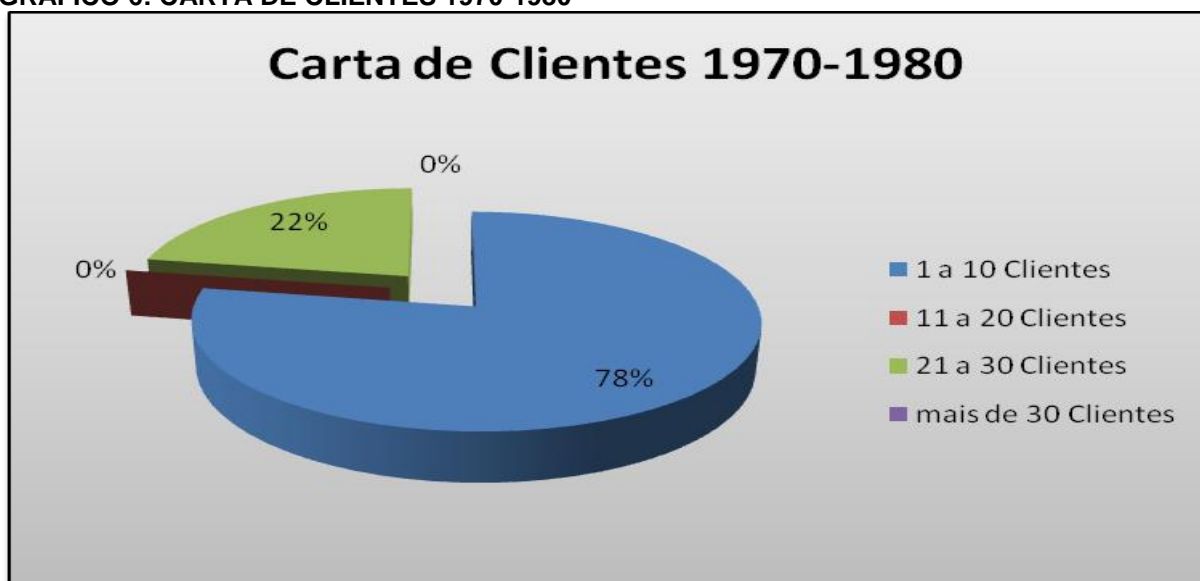


Fonte: Dados da Pesquisa

Na sexta, sétima, oitava e nona perguntas do questionário foi abordada a evolução na quantidade de empresas (clientes) que cada entrevistado possuía em determinada década, onde se obteve o seguinte resultado:

No período que compreende 1970 a 1980 obtivemos o seguinte resultado: 07 (sete) dos entrevistados afirmaram ter entre 01 (uma) e 10 (dez) empresas (clientes), enquanto 02 (dois) dos entrevistados afirmaram ter entre 21 (vinte e uma) e 30 (trinta) empresas (clientes).

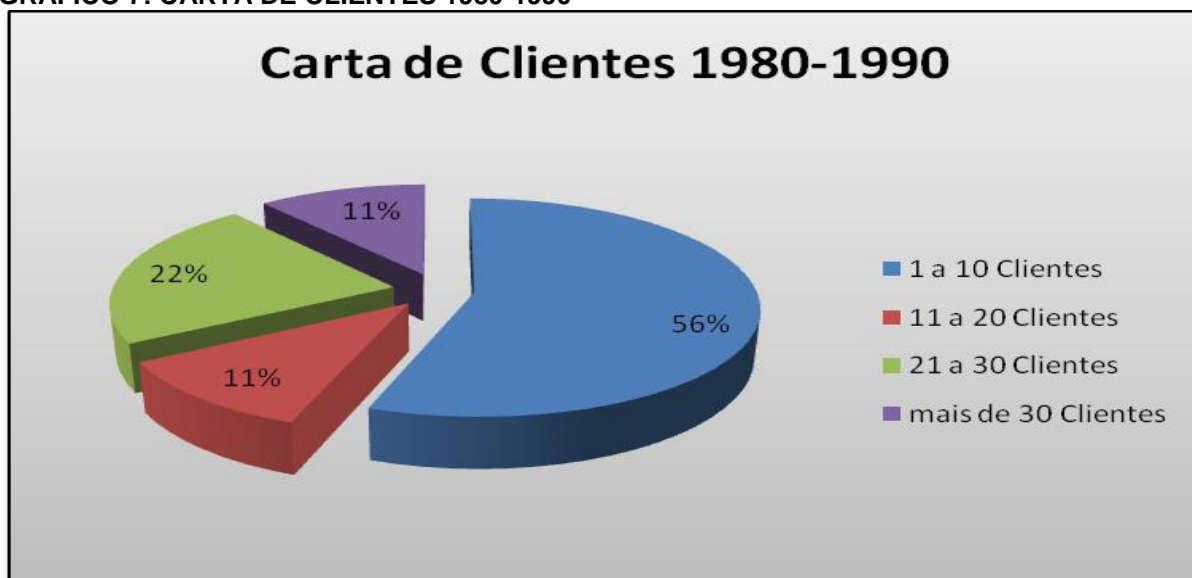
GRÁFICO 6: CARTA DE CLIENTES 1970-1980



Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 1980 á 1990 obtivemos o seguinte resultado: 05 (cinco) dos entrevistados afirmaram ter entre 01 (uma) e 10 (dez) empresas, 01 (um) dos entrevistados afirmaram ter entre 11 (onze) e 20 (vinte) empresas, 02 (dois) dos entrevistados afirmaram ter entre 21 (vinte e uma) e 30 (trinta) empresas e 01 (um) dos entrevistados afirmaram ter mais de 30 empresas.

GRÁFICO 7: CARTA DE CLIENTES 1980-1990

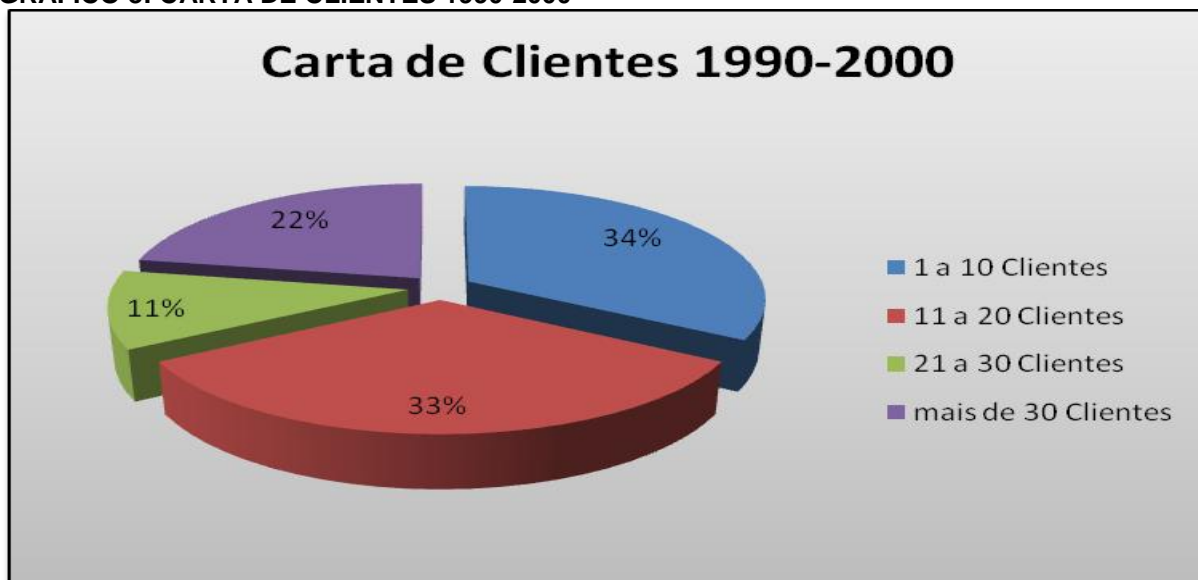


Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 1990 á 2000 obtivemos o seguinte resultado: 03 (três) dos entrevistados afirmaram ter entre 01 (uma) e 10 (dez) empresas, 03 (três)

dos entrevistados afirmaram ter entre 11 (onze) e 20 (vinte) empresas, 01 (um) dos entrevistados afirmaram ter entre 21 (vinte e uma) e 30 (trinta) empresas e 02 (dois) dos entrevistados afirmaram ter mais de 30 empresas.

GRÁFICO 8: CARTA DE CLIENTES 1990-2000



Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 2000 á 2010 obtivemos o seguinte resultado: 01 (um) dos entrevistados afirmou ter entre 01 (uma) e 10 (dez) empresas, 03 (três) dos entrevistados afirmaram ter entre 11 (onze) e 20 (vinte) empresas, 02 (dois) dos entrevistados afirmaram ter entre 21 (vinte e uma) e 30 (trinta) empresas e 03 (três) dos entrevistados afirmaram ter mais de 30 empresas.

GRÁFICO 9: CARTA DE CLIENTES 2000-2010

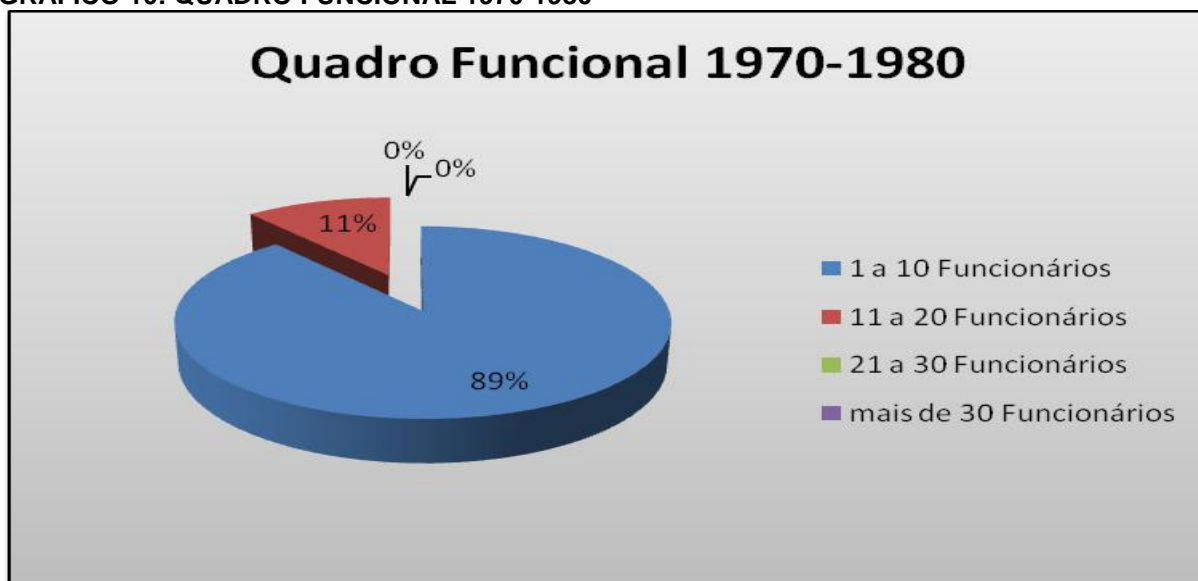


Fonte: Dados da Pesquisa

Na décima, décima primeira, décima segunda e décima terceira perguntas do questionário é abordada a evolução no quadro de funcionários que cada entrevistado possuía em determinada década, onde se obteve o seguinte resultado:

No período que compreende 1970 a 1980 obtivemos o seguinte resultado: 08 (oito) dos entrevistados afirmaram ter entre 01 (um) e 10 (dez) funcionários e 01 (um) dos entrevistados afirmou ter entre 11(onze) e 20 (vinte) funcionários.

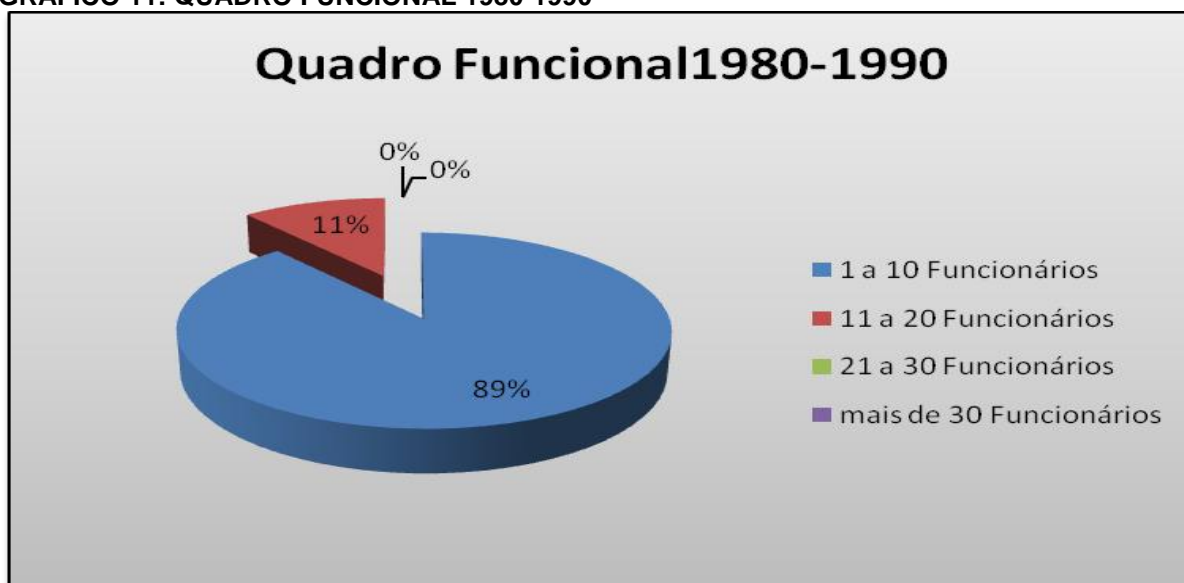
GRÁFICO 10: QUADRO FUNCIONAL 1970-1980



Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 1980 a 1990 obtivemos o seguinte resultado: 08 (oito) dos entrevistados afirmaram ter entre 01 (um) e 10 (dez) funcionários e 01 (um) dos entrevistados afirmou ter entre 11(onze) e 20 (vinte) funcionários.

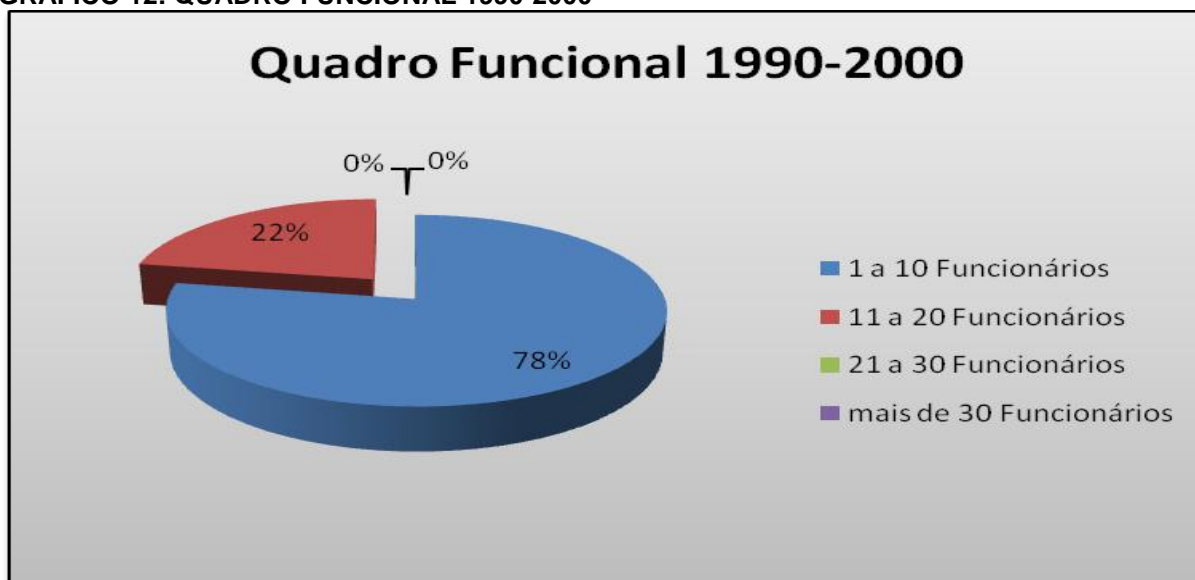
GRÁFICO 11: QUADRO FUNCIONAL 1980-1990



Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 1990 a 2000 obtivemos o seguinte resultado: 07 (sete) dos entrevistados afirmaram ter entre 01 (um) e 10 (dez) funcionários e 02 (dois) dos entrevistados afirmaram ter entre 11 (onze) e 20 (vinte) funcionários.

GRÁFICO 12: QUADRO FUNCIONAL 1990-2000



Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 2000 a 2010 obtivemos o seguinte resultado: 05 (cinco) dos entrevistados afirmaram ter entre 01 (um) e 10 (dez) funcionários e 04 (quatro) dos entrevistados afirmou ter entre 11 (onze) e 20 (vinte) funcionários.

GRÁFICO 13: QUADRO FUNCIONAL 2000-2010



Fonte: Dados da Pesquisa

A décima quarta pergunta do questionário trata de uma opinião sobre os avanços dos métodos tecnológicos, onde todos os 09 (nove) entrevistados optaram pela alternativa onde afirmava quem os avanços dos métodos tecnológicos contribuíram para o aumento no número de clientes e aperfeiçoou a escrita contábil de modo que se possa atender a todos os clientes com mais agilidade e eficiência.

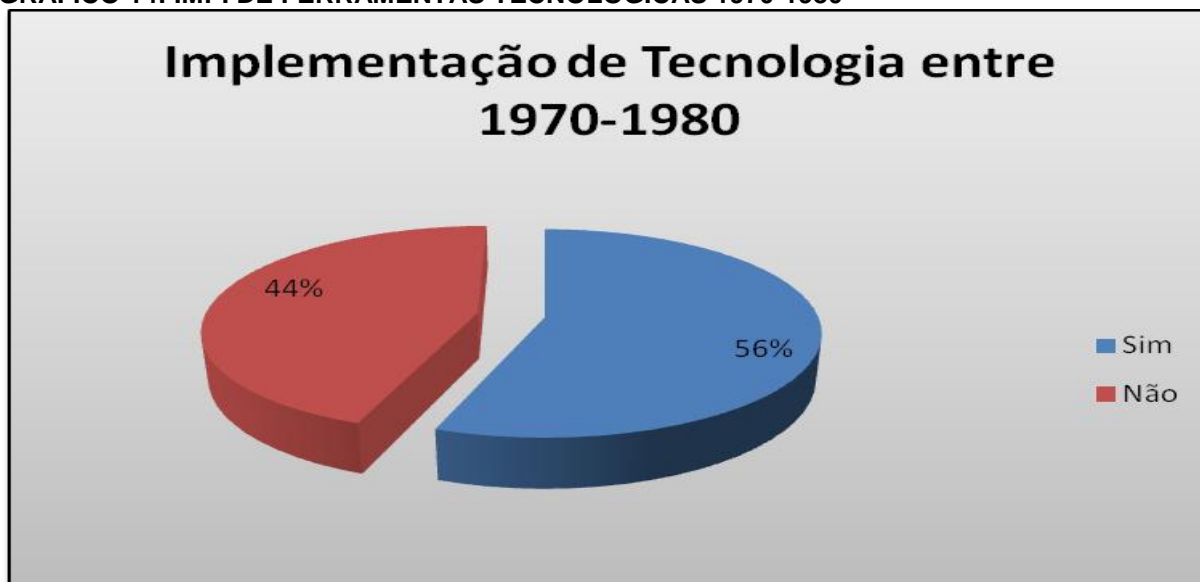
Na décima quinta pergunta do questionário procura-se saber se nos dias atuais algum dos entrevistados ainda utiliza registros manuais, onde se obteve o seguinte resultado: 02 (dois) dos entrevistados ainda utilizam métodos manuais de registro enquanto 07 (sete) dos entrevistados “aboliram” as formas escrituração manual, sendo sua contabilidade totalmente informatizada.

Outra pesquisa de opinião é abordada na décima sexta pergunta do questionário, agora em relação ao que espera o entrevistado com relação aos avanços tecnológicos na área de informação contábil e integração das informações dos sistemas para os próximos anos, onde se obteve o seguinte resultado: todos os 09 (nove) entrevistados optaram pela alternativa que indicava que eles acreditavam que os sistemas de informação se modernizarão ainda mais a fim de agilizar os serviços contábeis, diminuindo o tempo gasto para a emissão de relatórios e declarações, por exemplo, diminuindo custos e conseqüentemente aumentando os lucros e dando mais credibilidade as informações contábeis.

Na décima sétima, décima oitava, décima nona e vigésima perguntas do questionário os entrevistados são questionados quanto à implementação de ferramentas ligadas a tecnologia da informação em determinada década, onde se obteve o seguinte resultado:

No período que compreende 1970 a 1980 obtivemos o seguinte resultado: 05 (cinco) dos entrevistados afirmaram que não houve implantação de nenhum tipo de implantação de ferramenta ligada a tecnologia da informação e 04 (quatro) dos entrevistados afirmaram ter havido implantação de algum tipo de implantação de ferramenta ligada à tecnologia da informação, das quais a mais citada foi o surgimento do microcomputador.

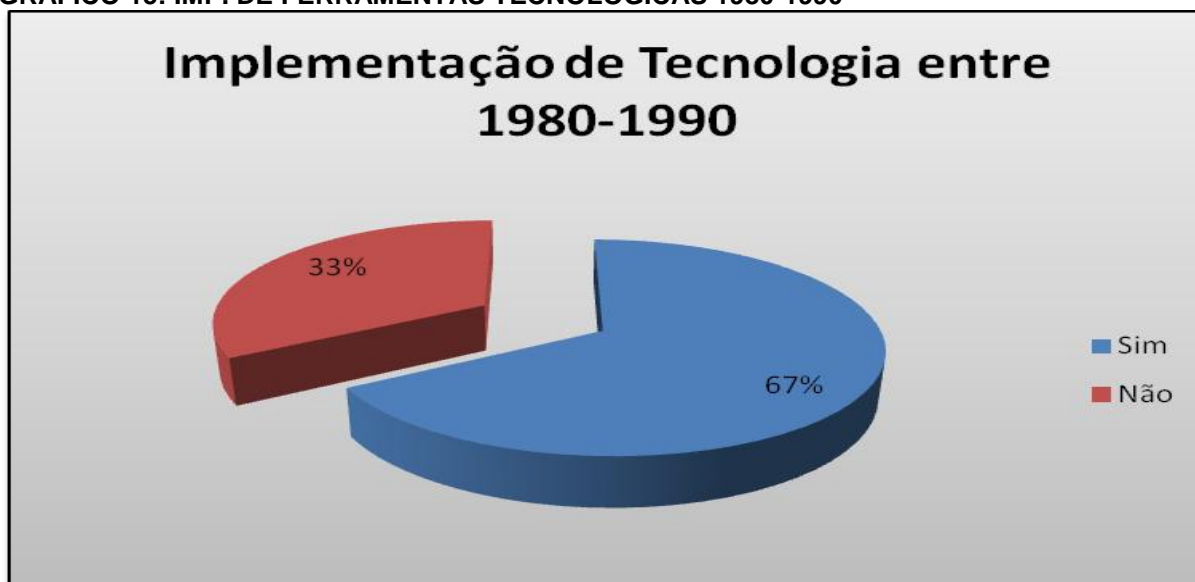
GRÁFICO 14: IMP. DE FERRAMENTAS TÉCNOLÓGICAS 1970-1980



Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 1980 a 1990 obtivemos o seguinte resultado: 04 (quatro) dos entrevistados afirmaram que não houve implantação de nenhum tipo de implantação de ferramenta ligada a tecnologia da informação e 05 (cinco) dos entrevistados afirmaram ter havido implantação de algum tipo de implantação de ferramenta ligada à tecnologia da informação, das quais as mais citadas foram o surgimento do microcomputador e o surgimento dos primeiros programas contábeis no sistema D.O.S.

GRÁFICO 15: IMP. DE FERRAMENTAS TÉCNOLÓGICAS 1980-1990

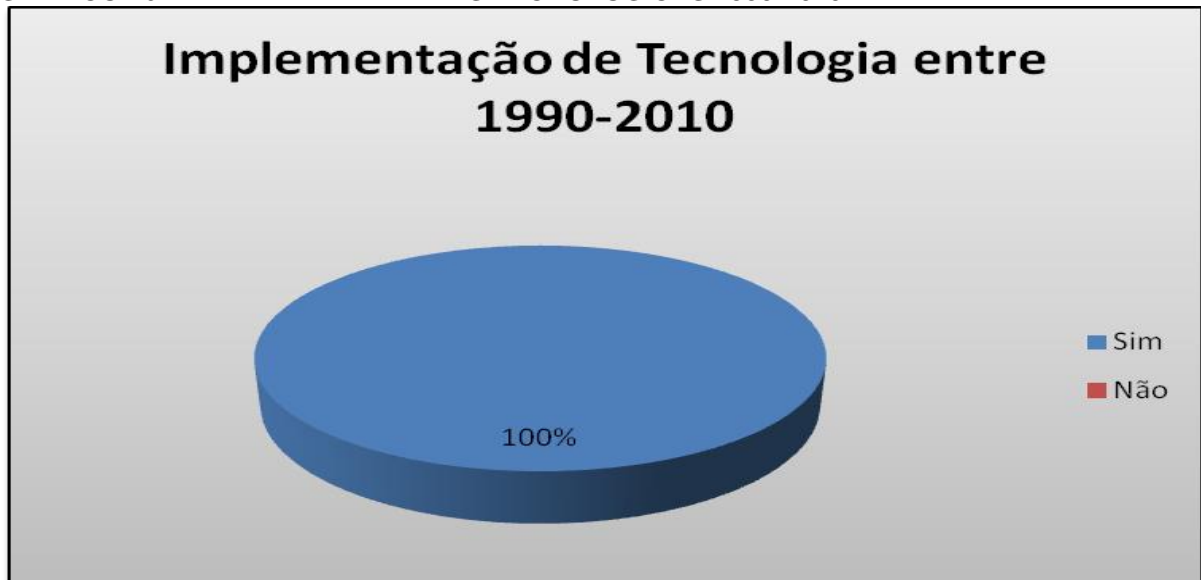


Fonte: Dados da Pesquisa

No período que compreende 1990 a 2000 obtivemos o seguinte resultado: todos os 09 (nove) entrevistados afirmaram ter havido implantação de algum tipo de implantação de ferramenta ligada à tecnologia da informação, das quais as mais citada foram o surgimento dos primeiro programas contábeis no sistema D.O.S e a utilização de planilhas eletrônicas.

No período que compreende 2000 a 2010 obtivemos o seguinte resultado: todos os 09 (nove) entrevistados afirmaram ter havido implantação de algum tipo de implantação de ferramenta ligada à tecnologia da informação como o surgimento dos programas no sistema operacional Windows, ferramentas de controle gerencial, a integração dos subsistemas contabilidade, pessoal e fiscal, às redes interligadas além da facilidade para acesso a rede através do sistema wireless e acesso remoto.

GRÁFICO 16: IMP. DE FERRAMENTAS TÉCNOLÓGICAS 1990-2010



Fonte: Dados da Pesquisa

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último capítulo são abordados aspectos relacionados ao alcance dos objetivos, geral e específicos propostos; a confirmação ou não das hipóteses traçadas e as limitações do trabalho que abordou o impacto causado pela evolução dos métodos de escrituração contábil nos escritórios da região metropolitana da grande Florianópolis.

Com relação aos objetivos, geral e específicos, que buscavam evidenciar o impacto causado pela evolução tecnológica dos métodos de escrituração contábil, pode-se constatar que, com a elaboração, inicialmente, de um questionário contendo 20 (vinte) questões de múltipla escolha a ser aplicado. Na segunda etapa da pesquisa seria realizado um levantamento dos escritórios mais antigos da região metropolitana de Florianópolis, neste tópico foi encontrada uma dificuldade com relação ao acesso a informações a respeito dos cadastros dos escritórios e profissionais junto ao CRC-SC, pois por questão de sigilo o conselho não poderia estar divulgando as informações mesmo que para uma pesquisa acadêmica, após várias tentativas surgiu a ideia de enviar o questionário através da diretoria do CRC-SC, o que foi realizado, sendo enviado aos profissionais da região, passando para a parte das entrevistas através da aplicação do questionário via e-mail. Aplicado o questionário foram recebidas 09 (nove) respostas, as quais foram suficientes para realização do presente estudo.

Alcançados os objetivos geral e específicos constatou-se que inicialmente, nos anos 70 (setenta) as ferramentas utilizadas representavam uma certa limitação para a contabilização das empresas, limitação essa aceitável pelo fato de as mesmas suportarem a demanda da época.

Com o passar dos anos surgiu o microcomputador e com ele algumas ferramentas e sistemas, mesmo que rudimentares. Já na década de 80 com o advento de sistemas operacionais, começam a surgir os primeiros programas de contabilidade informatizados.

A partir daí as ferramentas começam a ser aperfeiçoadas com mais frequências, surgem programas em sistemas operacionais como Windows, surgem às redes interligadas, aumenta a facilidade de acesso a informações. Novas

ferramentas são criadas, não só para a escrita contábil mas para fins de gerenciamento de estoques, patrimônio e ferramentas de controle gerencial.

Nos dias atuais já é possível trabalhar em um escritório de contabilidade dentro de casa, através do acesso remoto o funcionário pode acessar não só de sua residência, mas de qualquer local com acesso a internet, o servidor do escritório o qual trabalha podendo efetuar lançamentos, imprimir relatórios, livros... Enfim, pode executar todas as rotinas que faria estando na empresa.

Com relação aos programas de contabilidade, os atuais já são integrados contabilidade, fiscal, pessoal, patrimônio, depreciação, dentre outros, evitando assim o 'retrabalho', já que as notas de entrada, saída e serviço, por exemplo, foram lançadas pelo setor fiscal, o profissional que trabalha no setor contábil não precisará refazer os lançamentos, uma vez lançadas às informações são integradas para o outro módulo do programa.

Ao fim do trabalho, identificou-se que a partir do surgimento da informática e a internet os profissionais passaram a ter mais acesso as informações, tanto para estudo e aprimoramento dos conhecimentos, como para fonte de pesquisa.

Com ferramentas modernas, consultorias on-line e um maior número de funcionários aumentou-se exponencialmente o número de clientes e a qualidade das informações geradas, passando a contabilidade a ter um papel fundamental, ou até mesmo vital, na vida das empresas de pequeno médio e grande porte.

5 REFERÊNCIAS

CAMPOS, Tito Alves de. **Instrucional Maçônico**. Brasília: GOB, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [HTTP://www.ibge.net](http://www.ibge.net) Acesso em 04 de novembro de 2009.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1989. 121p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Arievaldo Alves de. **Evolução Histórica da Contabilidade**. Disponível em: [HTTP://www.grupoempresarial.adm.br](http://www.grupoempresarial.adm.br). Acesso em 28 de outubro de 2009.

LEITE, Helio de Paula. **Contabilidade para Administradores**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, Jose Carlos, **Contabilidade Empresarial**. 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Sérgio et al. **Contabilidade para Administradores**. São Paulo: APEC: 1974.

MUNIZ, A. J. de O. e FARIA, H. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica – Uma Introdução à Prática Contábil**. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

RAUPP, Fabiano Maury. **Aspectos facilitadores e dificultadores da implantação de serviços virtuais em uma empresa contábil: Um estudo de caso da EMBRACON Empreendimentos Contábeis Ltda**. Monografia. Florianópolis: UFSC, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1978.

SCHMIDT, **Paulo**. **Uma contribuição ao estudo da historia do pensamento contábil**: 1996. 2 v. 476f. Teses (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4ª São Paulo: Atlas, 2006.

FORTES, José Carlos. **Manual do Contabilista: Uma Abordagem Teórico-Prática da Profissão Contábil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FORTES, José Carlos. **Ética e Responsabilidade Profissional do Contabilista**. São Paulo: Fortes, 2002.

SÁ, Antonio Lopes de. **Principios Fundamentais de Contabilidade**. 3ª São Paulo: Atlas, 2007.

MELIS, Federigo. **Storia della ragioneria**. Bolonha/: Dott. Cesare Zuffi, 1950. P. 3.

TAVOLARO, Agostinho Toffoli. **RESPONSABILIDADE DOS CONTABILISTAS**. Artigo científico, São Paulo. 2001

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos e FARIA, Ana Cristina de – **Introdução à teoria da Contabilidade Para o nível de graduação**, 5ª Ed – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

Normas de Contabilidade, disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/normascontabilidade.htm>> Acesso em 23/08/2010

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE, disponível em:
<<http://www.grupoempresarial.adm.br>> Acesso em: 09/07/2010

6 ANEXOS

6.1 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

A resolução 1.156/2009 estabelece as Normas Brasileiras de Contabilidade:

Art. 1º As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais.

Art. 2º As Normas Brasileiras de Contabilidade, que compreendem o Código de Ética Profissional do Contabilista, Normas de Contabilidade, Normas de Auditoria Independente e de Asseguração, Normas de Auditoria Interna e Normas de Perícia, estabelecem:

a) regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil;

b) conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados quando da realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resolução emitidas pelo CFC, de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB - Comitê Internacional de Normas de Contabilidade e as Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração e as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público emitidas pela IFAC - Federação Internacional de Contadores.

Art. 3º A estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade classifica-se em Profissionais e Técnicas.

§ 1º As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais estabelecem preceitos de conduta para o exercício profissional;

§ 2º As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados, sendo classificadas em Contabilidade, Auditoria Independente e de Asseguração, Auditoria

Interna e Perícia.

Art. 4º As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais se estruturam conforme segue:

a) Geral - NBC PG - são as normas gerais aplicadas aos profissionais da área contábil;

b) do Auditor Independente - NBC PA - são aplicadas especificamente aos contadores que atuem como auditor independente;

c) do Auditor Interno - NBC PI - são aplicadas especificamente aos contadores que atuem como auditor interno;

d) do Perito - NBC PP - são aplicadas especificamente aos contadores que atuem como perito contábil.

Art. 5º As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica se estruturam conforme segue:

a) Societária - NBC TS - são as Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as Normas Internacionais;

b) do Setor Público - NBC TSP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público;

c) Específica - NBC TE - são as Normas Brasileiras de Contabilidade que não possuem Norma Internacional correspondente, observando as NBC TS;

d) de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica - NBC TA - são as Normas Brasileiras de Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente (ISAs) emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC);

e) de Revisão de Informação Contábil Histórica - NBC TR - são as Normas Brasileiras de Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão (ISREs), emitidas pela IFAC;

f) de Asseguração de Informação Não Histórica - NBC TO - são as Normas Brasileiras de Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração (ISAEs), emitidas pela IFAC;

g) de Serviço Correlato - NBC TSC - são as Normas Brasileiras para Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos (ISRSSs) emitidas pela IFAC;

h) de Auditoria Interna - NBC TI - são as Normas Brasileiras aplicadas aos trabalhos de auditoria interna;

i) de Perícia - NBC TP - são as Normas Brasileiras aplicadas aos trabalhos de perícia.

Art. 6º Pode ser emitida, quando necessária, Interpretação Técnica para esclarecer de forma mais ampla a interpretação das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo único. A Interpretação Técnica é identificada pelo código da norma a que se refere, seguido de hífen, sigla IT, numeração seqüencial em cada agrupamento, seguido de hífen e denominação, por exemplo NBC TP 01. IT 01. "Denominação".

Art. 7º Pode ser emitido Comunicado Técnico, de caráter transitório, que tem caráter informativo destinado a esclarecer sobre a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo único. O Comunicado Técnico é identificado pela sigla CT, numeração seqüencial, hífen e denominação.

Art. 8º As Normas Brasileiras de Contabilidade devem ser submetidas à audiência pública como regulamentado pelo CFC.

Art. 9º A inobservância das Normas Brasileiras de Contabilidade constitui infração disciplinar, sujeita às penalidades previstas nas alíneas "c", "d" e "e" do art. 27 do Decreto-Lei nº 9.295/46, e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

Art. 10. As normas vigentes, tanto as profissionais quanto as técnicas, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, durante o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais, continuarão com a identificação NBC P e T, conforme disposto na Resolução CFC nº 751/93, as quais serão revogadas à medida que forem sendo editadas as normas convergidas, como previsto nesta Resolução.

Art. 11. Esta norma entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Resoluções CFC nºs. 751/93, publicada no DOU, Seção 1, de 31.12.93; 875/00, publicada no DOU, Seção 1, de 28.03.00; 935/02, publicada no DOU, Seção 1, de 11.06.02; 980/03, publicada no DOU, Seção 1, de 12.11.03; 1.028/05, publicada no DOU, Seção 1, de 9.05.05; 1.106/07, publicada no DOU, Seção 1, de 1º.11.07.

As Normas Brasileiras de Contabilidade quer sejam as Técnicas ou Profissionais para se apresentarem no seu volume e conteúdo atualmente existentes, sempre contaram com a participação de contabilistas que se dispuseram repartir com a profissão contábil parte de seu tempo, que seria dedicado à atividade profissional ou de lazer, pois nada surge do ar, aparece espontaneamente, mas sim do esforço e dedicação de pessoas.

Como bem enfatizou o Contador Ynel Alves de Camargo, “O poder do pensamento unido de certo número de pessoas é muito maior que a soma de seus pensamentos separados”.

Este espírito público para com a profissão e com o País deve ser enaltecido e incentivado, pois, se queremos uma profissão forte, respeitada e qualificada, cada um de nós tem a responsabilidade de dedicar parte do seu tempo para o engrandecimento desta.

O Conselho Federal de Contabilidade tem a responsabilidade de editar normas que devam ser cumpridas por todos os contabilistas, tendo se preocupado e exercido o seu papel de normatizar os procedimentos contábeis gerais e específicos para algumas áreas de atuação do contabilista e setores que se diferenciam da regra geral, destacando Auditoria, Perícia, Área Pública, dentre outros.

6.2 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

São Princípios de Contabilidade:

6.2.1 O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Art. 4º - O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

§ único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

6.2.2 O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Art. 5º - O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

§ 1º - A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º - A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

6.2.3 O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Art. 6º - O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

§ único – A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

6.2.4 O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º - O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devam ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º. As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de

caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º. São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período".

6.2.5 O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Art. 9º - As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º - O Princípio da COMPETÊNCIA determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

§ 2º - O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º - As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º - Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

6.2.6 O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10 – O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.”

§ 1º - O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º - Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º - A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

Art. 11 – A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração nas alíneas "c", "d" e "e" do art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

Art. 12 – Revogada a Resolução CFC n.º 530/81, esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário de coleta de dados

PREZADO (A) EMPRESÁRIO (A)

Venho a vossa presença para solicitar uma importante colaboração no Trabalho de Conclusão de Curso que esta sendo realizado junto ao curso de Ciências Contábeis da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

O TCC objetiva evidenciar o impacto causado pela evolução tecnológica nos métodos de escrituração contábil, ou seja, mostrar como era realizada a contabilidade antes do advento dos computadores e fazer uma comparação com as ferramentas atuais.

Com relação às informações que você irá nos fornecer lhe garanto total sigilo e anonimato, ao tratar dos dados de um modo global e não individualizado.

Certo de sua colaboração agradeço desde já sua atenção.

Fernando Fermino

Acadêmico do curso de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

QUESTIONÁRIO

1. Idade?

() Entre 45 e 50 anos

() Entre 51 e 55 anos

() Mais de 55 anos

2. Sexo

() Masculino

Feminino

3. Qual a sua formação?

Técnico em Contabilidade

Bacharel em Ciências Contábeis

4. Tempo de atuação na área:

de 30 à 40 anos

de 41 à 50 anos

mais de 50 anos

5. Ferramentas utilizadas para a escrituração contábil na década de 70?

Máquina de escrever Formulários Livros de registros

6. Qual a quantidade de empresas (clientes) no período entre 1970 e 1980?

01 a 10

11 a 20

21 a 30

mais de 30

7. Qual a quantidade de empresas (clientes) no período entre 1980 e 1990?

01 a 10

11 a 20

21 a 30

mais de 30

8. Qual a quantidade de empresas (clientes) no período entre 1990 e 2000?

01 a 10

- 11 a 20
- 21 a 30
- mais de 30

9. Qual a quantidade de empresas (clientes) no período entre 2000 e 2010?

- 10 a 20
- 21 a 30
- 31 a 40
- mais de 40

10. Qual o número de funcionários em seu escritório no período entre 1970 e 1980?

- 01 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- mais de 30

11. Qual o número de funcionários em seu escritório no período entre 1980 e 1990?

- 01 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- mais de 30

12. Qual o número de funcionários em seu escritório no período entre 1990 e 2000?

- 01 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- mais de 30

13. Qual o número de funcionários em seu escritório no período entre 2000 e 2010?

- 01 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- mais de 30

14. Em sua opinião, os avanços tecnológicos nos métodos de escrituração contábil;

- de nada contribuiu para o aumento na demanda de clientes em seu escritório;
- só trouxe mais trabalho e, conseqüentemente, aumentou gastos com mão-de-obra;
- contribuiu para o aumento do número de clientes e otimizou a escrita contábil de forma que se possa atender a todos os clientes com mais qualidade e eficiência.

15. Hoje, apesar de todos os avanços dos sistemas de informação contábil, você ainda realiza registros manualmente?

- Sim
- não

16. O que você espera para os próximos anos em relação aos avanços na área de informação e integração dos sistemas contábeis?

- que não mude muita coisa, afinal o grande impacto se deu devido a integração informática x contabilidade;
- acredita que os sistemas de informação se modernizem ainda mais a fim de agilizar os serviços contábeis, diminuindo o tempo gasto para a emissão de relatórios e declarações, por exemplo, diminuindo custos e conseqüentemente aumentando os lucros e dando mais credibilidade as informações contábeis.

17. Na década de 1970 a 1980 houve implementação de alguma ferramenta

ligada a tecnologia da informação?

- () Não
() Sim, quais?

18. Na década de 1980 a 1990 houve implementação de alguma ferramenta ligada a tecnologia da informação?

- () Não
() Sim, quais?

19. Na década de 1990 a 2000 houve implementação de alguma ferramenta ligada a tecnologia da informação?

- () Não
() Sim, quais?

20. Na década de 2000 ao dias atuais houve implementação de alguma ferramenta ligada a tecnologia da informação?

- () Não
() Sim, quais?

Muito Obrigado!